

# RELATÓRIO TÉCNICO

Diagnóstico da Região 2 -  
Cornélio Procópio para subsidiar os  
Planos Regionais de  
Desenvolvimento Produtivo



FASE II

**PARANÁ  
PRODUTIVO**

DESENVOLVENDO O ESTADO DO FUTURO

**PARANÁ**   
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

## SUMÁRIO

1. REGIÃO 2 – CORNÉLIO PROCÓPIO.....	3
1.1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO – Introdução.....	3
1.2 Demografia .....	4
1.3 Educação .....	8
1.4 Saúde.....	20
1.5 Setor Privado .....	26
1.6 Infraestrutura.....	33
1.7 Considerações Acerca da Região .....	37
2 OFICINAS REALIZADAS COM A REGIÃO 2 - CORNÉLIO PROCÓPIO .....	38
2.1 Oficina de Mobilização e Diagnóstico .....	38
2.2 Oficina de Oportunidades de Parcerias .....	43
2.3 Oficina de Priorização.....	48
3. ANÁLISE DOS DESAFIOS PRIORIZADOS EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO .....	54
3.1 Considerações e síntese dos levantamentos do diagnóstico socioeconômico e da oficina de mobilização .....	56
3.2 Convergência das prioridades regionais com os Programas do Governo do Estado do Paraná .....	60

## 1. REGIÃO 2 – CORNÉLIO PROCÓPIO

### 1.1 DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO – Introdução

Este relatório integra um trabalho de diagnóstico elaborado a partir do mapeamento de dados socioeconômicos e indicadores de oito regiões a serem atendidas pelo *Programa de Desenvolvimento Produtivo Regional Integrado* que, de maneira resumida, é chamado de *Paraná Produtivo*. Neste relatório, são apresentados os resultados Região 2, que engloba municípios que estão localizados no norte pioneiro do estado do Paraná, em uma superfície territorial de 6.461 km<sup>2</sup>. Esta região, que ocupa o equivalente a 3,23% do território total do estado, é composta por 19 municípios, listados a seguir: Assaí, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja e Uraí.

Nas próximas seções, serão apresentadas informações sobre a Região 2 por meio da análise de dados socioeconômicos organizados em 2021, durante a realização de um conjunto de oficinas na região. Além desses dados, também serão utilizados resultados de estudos censitários ou estudos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Ministério do Trabalho e Previdência. A apresentação das informações, bem como as análises e interpretação, está organizada e obedecerá a uma divisão em seções associadas a um conjunto de cinco temas:

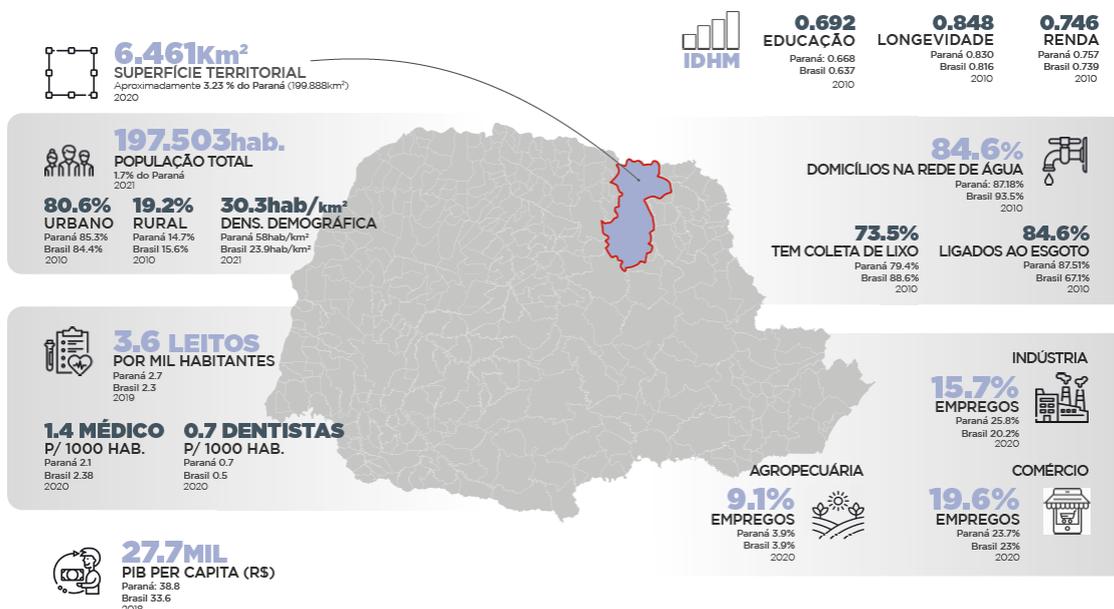
- Demografia;
- Educação;
- Saúde;
- Setor Privado;
- Infraestrutura.

O Programa Paraná Produtivo é organizado em eixos que se relacionam na construção do desenvolvimento econômico. Portanto, demografia, educação e saúde fazem parte do eixo *Pessoas*, setor privado faz parte do eixo *Sistemas Produtivos* e o último tema faz parte do eixo *Infraestrutura*. O eixo *Governança* articula todos os temas envolvendo as comunidades das regiões no desenvolvimento dos Planos de Desenvolvimento Produtivo Integrado.

Na seção em que se trata da demografia, serão apresentados dados e indicadores vinculados à projeção populacional e densidade demográfica, bem como um perfil populacional de acordo com estratos de faixa etária e sexo. A seção destinada à educação apresenta um diagnóstico da região a partir de indicadores ligados a essa atividade, tais como número de matrículas, índice de desenvolvimento da educação e distorção idade-série, bem como os respectivos impactos nos dados socioeconômicos. Já na seção dedicada ao setor privado, é feito um diagnóstico ligado à movimentação da economia, renda e características dos empregos na região. Na seção dedicada à saúde, é apresentado um diagnóstico da disponibilidade de leitos, médicos e dentistas na região, além de um panorama sobre as taxas de mortalidade infantil. Por fim, na seção dedicada à infraestrutura, é apresentado um balanço relacionado à coleta de lixo, conexão com rede de água tratada e rede de esgoto. Na mesma seção, também é apresentado um panorama a respeito das telecomunicações, particularmente em relação à telefonia móvel, e do acesso à energia elétrica em propriedades rurais.

Em todas as seções, o diagnóstico é acompanhado de comparações em relação a dados socioeconômicos do estado do Paraná e do Brasil. Para facilitar a visualização inicial das informações, a Figura 1 apresenta uma perspectiva geral de alguns dos dados relevantes da região. Esses dados, que serão alvo de comentários nas seções apresentadas a seguir, representam o cenário disponível no momento em que foram realizadas as oficinas na região.

FIGURA 1: Dados relevantes - Região 2



FONTES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Trabalho e Previdência.  
 Nota: Os valores de IDHM (Educação, Longevidade e Renda) dizem respeito ao município melhor colocado da região em 2010, Cornélio Procopio.

## 1.2 Demografia

### Pontos de Atenção:

- A região é composta primordialmente por municípios de pequeno porte com certa homogeneidade;
- Densidade demográfica menor que a média do Paraná;
- A concentração de pessoas que vivem na área urbana é de aproximadamente 81%, e na zona rural de aproximadamente 19% acima da média estadual e nacional;
- A região tem uma tendência de decréscimo populacional acelerado que deverá ser monitorado e compreendido;

Como indicado na seção anterior, a Região 2 é composta por 19 municípios e reúne uma população total de 197.503 habitantes, o que representa 1,7% da população paranaense, de acordo com projeções de 2020<sup>1</sup>. Segundo as mesmas projeções, a região apresenta uma certa homogeneidade do ponto de vista demográfico, uma vez que é constituída por municípios de pequeno porte<sup>2</sup>.

Porém, ao analisar o número de habitantes das cidades, percebemos uma diversidade demográfica. A população do menor município, Santo Antônio do Paraíso, corresponderia a

<sup>1</sup> Fonte: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES, Projeção da população dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.

<sup>2</sup> Neste relatório, o porte dos municípios, conforme limite de quantidade de habitantes, obedece à classificação do IBGE (2010): 1) Municípios de Pequeno Porte I: até 20.000 habitantes; 2) Municípios de Pequeno Porte II: de 20.001 até 50.000 habitantes; 3) Municípios de Médio Porte: de 50.001 até 100.000 habitantes; 4) Municípios de Grande Porte: de 100.001 até 900.000 habitantes; 5) Metrópole: 900.001 habitantes ou mais. Fonte: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/vigilancia-socioassistencial/informacoes-socioterritoriais/>.

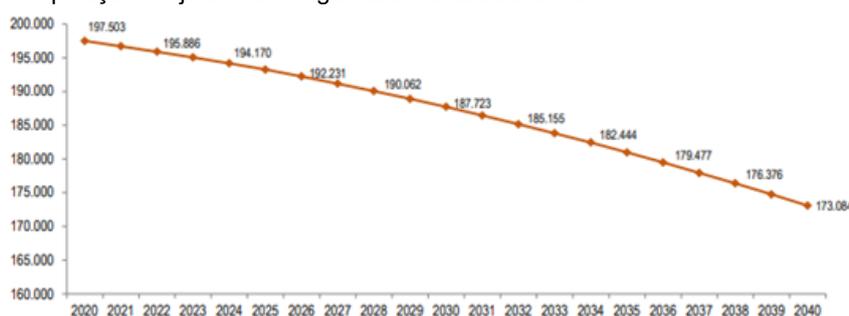
cerca de 1% (2.122) da população da região, já a população do maior, Cornélio Procópio, seria aproximadamente 22,6% (44.599) do total. Ainda segundo as mesmas projeções, as populações dos cinco maiores municípios, Cornélio Procópio (44.599), Bandeirantes (31.309), Santa Mariana (11.111), São Jerônimo da Serra (10.742) e Uraí (10.378), concentravam cerca de 55% da população total da região. Sete municípios apresentaram menos de 5 mil habitantes: Nova Santa Bárbara, Leopólis, Rancho Alegre, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Nova América da Colina e Santo Antônio do Paraíso.

Apenas dois municípios da Região 2 apresentaram número de habitantes superior a 30 mil, algo semelhante ao que ocorre em escala estadual ou nacional. De acordo com dados do mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Paraná, quase 83% dos municípios possuem menos de 30 mil habitantes, enquanto no Brasil esse valor é próximo de 80%.

Segundo projeções do IPARDES, em 2021 a densidade demográfica da Região 2 era de 30,3 habitantes por quilômetro quadrado (hab./km<sup>2</sup>), menor que a do estado do Paraná, de aproximadamente 58 hab./km<sup>2</sup>, mas maior que a densidade demográfica média brasileira<sup>3</sup>, de 23,8 hab./km<sup>2</sup>. Para se ter uma ideia da escala em que a densidade demográfica da região se encontra, o município paranaense com a maior densidade demográfica é Curitiba, com 4.078,56 hab./km<sup>2</sup>, sendo a 7<sup>a</sup> maior densidade dentre as capitais brasileiras e a 23<sup>a</sup> dentre todas as cidades do país.

Outro aspecto relacionado à densidade demográfica da Região 2, é a distribuição da população entre as zonas rural e urbana, como indicado na Figura 1. De acordo com o censo de 2010, dado disponível no momento da realização das oficinas, 80,7% da população da Região 2 morava na zona urbana, enquanto 19,3% morava na zona rural. Apesar de estarem ligados a uma tendência geral das cidades, esses dados apresentam uma ligeira diferença em relação ao estado do Paraná e ao Brasil. No mesmo período, 85,3% dos paranaenses habitavam a zona urbana e 14,7% moravam na zona rural. No Brasil, também de acordo com o censo de 2010, a população urbana era de 84,35%, e a rural de 15,65%, resultados próximos daqueles obtidos para o Paraná. Esta diferença na distribuição populacional da Região 2 em relação ao Paraná e ao Brasil pode ter consequências no perfil das atividades econômicas e na atuação do setor produtivo da região, indicando a necessidade de ações que possibilitem a melhoria da qualidade de vida das pessoas considerando o lugar onde vivem, além de possibilidade das movimentações migratórias que favoreçam o desenvolvimento regional.

GRÁFICO 1 – População Projetada da Região 2 entre 2020 e 2040



FONTE: IPARDES, População projetada dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.

O Gráfico 1 apresenta uma projeção populacional da Região 2 entre os anos de 2020 e 2040. Por esta projeção, a região tem uma tendência de diminuição populacional ao longo dos próximos 20 anos, com um decréscimo de 12,4% de sua população, com uma previsão de pouco mais de 173 mil moradores. Essa tendência é observada para todos os municípios da região, exceto para

<sup>3</sup> Fonte: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-domicilios-34-a-mais-que-em-2010#:~:text=Com%20o%20aumento%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,\(km%C2%B2\)%20no%20mesmo%20per%C3%ADodo.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37238-pais-tem-90-milhoes-de-domicilios-34-a-mais-que-em-2010#:~:text=Com%20o%20aumento%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,(km%C2%B2)%20no%20mesmo%20per%C3%ADodo.)

Santa Bárbara, que apresenta uma projeção de manutenção populacional até 2040, segundo as previsões do IPARDES.

As mesmas projeções indicam que a população estadual apresenta uma tendência de crescimento de 8,9% até 2040, com incremento de cerca de 1.000.000 de pessoas<sup>4</sup>, atingindo um total de 11.363.051 habitantes. Estas projeções combinam com o resultado do Censo Demográfico de 2022<sup>5</sup>, que já indica um ganho populacional do estado de 1 milhão de habitantes entre 2010 e 2022, com média de 0,76% ao ano. Projeções mais amplas, realizadas pelo IBGE em 2018, indicam que deve ocorrer um decréscimo na população apenas a partir de 2047. A dinâmica populacional do estado foi fortemente impactada pela pandemia do coronavírus, o que pode levar a diferenças em relação às projeções e que deverá ser alvo de análise nos próximos censos.

No caso do Brasil, um estudo publicado em 2023 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>6</sup> indica que a população do país deverá chegar a cerca de 209 milhões em 2040, crescimento de pouco menos de 0,6% em relação aos 207,8 milhões de habitantes estimados em 2023 pelo IBGE. O estudo do IPEA, entretanto, indica que a população brasileira deve crescer até 2030, quando então passará a apresentar decréscimo.

Esse comportamento de decréscimo populacional, contrário às previsões para o país e para o estado, pode estar ocorrendo, em partes, devido à forte influência econômica da região da cidade de Londrina e do interior de São Paulo. No Brasil, é comum a população jovem de regiões periféricas migrarem à procura de oportunidades de emprego e qualificação profissional. Esse movimento demográfico acaba acelerando o processo de envelhecimento populacional e a perda do dinamismo pela força de trabalho.

Por sua vez, o componente migratório foi fundamental para o incremento populacional verificado no estado, respondendo por cerca de 8% do ganho de quase um milhão na população paranaense<sup>7</sup>. Esses dados evidenciam a necessidade de um fortalecimento da economia local e da criação de programas de qualificação, que podem contribuir para a reversão do movimento de queda na população na Região 2.

O Gráfico 2 apresenta uma projeção populacional por faixa etária na Região 2, desde 1990 até 2040<sup>8</sup>, na qual é possível perceber mudanças importantes na estrutura etária da população. O estrato populacional de jovens com até 14 anos de idade apresenta-se em queda durante todo o período projetado, já a população de idosos com idade superior a 65 anos apresenta-se em crescimento, projeções que indicam que o segundo grupo populacional poderá ultrapassar o primeiro grupo até 2030. Esse fenômeno é observado logo no início dos anos 2020, fator que deve contribuir para o processo de envelhecimento populacional da Região 2. Esse comportamento é parcialmente semelhante ao projetado para o estado, o qual também deverá apresentar um aumento da sua população de idosos com idade superior a 65 anos, porém não o suficiente para ultrapassar a população de jovens de até 14 anos, mesmo com esse grupo também com projeção de queda para o mesmo período. Além disso, a projeção indica uma tendência de queda no estrato populacional, já a partir de 2020, na faixa etária que vai de 15 a 64 anos, grupo que corresponde à quase totalidade da força de trabalho da região.

<sup>4</sup> Fonte: IPARDES, População projetada dos municípios paranaenses, 2020 a 2040.

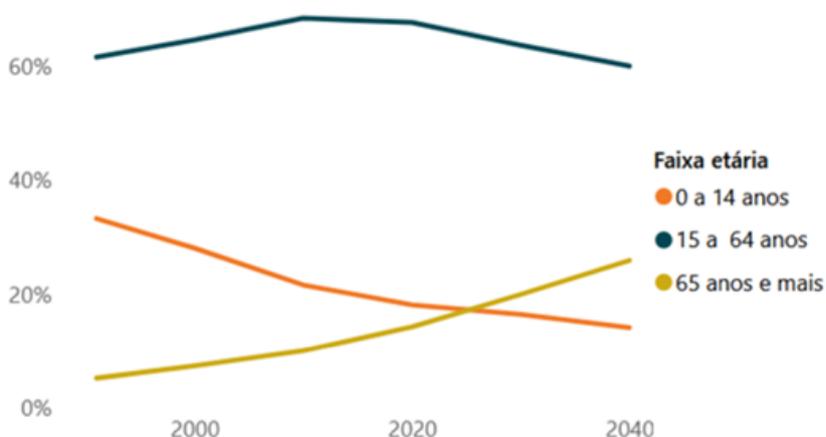
<sup>5</sup> Fonte: [https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2023-10/bol\\_jul\\_ago\\_2023.pdf](https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2023-10/bol_jul_ago_2023.pdf)

<sup>6</sup> Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): A Dinâmica Demográfica e a Pandemia: Como Andará a População Brasileira?, disponível em: <https://www.ipea.gov.br/porta/publicacao-item?id=2863b67e-eadc-4848-9537-064c9e5370c1>, 2023.

<sup>7</sup> Fonte: [https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2023-10/bol\\_jul\\_ago\\_2023.pdf](https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2023-10/bol_jul_ago_2023.pdf).

<sup>8</sup> Fonte: Paraná Produtivo, BI, 2022, acesso em <https://www.paranaprojetos.pr.gov.br/>.

GRÁFICO 2 – Proporção populacional projetada por faixa etária na Região 2



FONTE: IBGE, com dados extraídos da Base de Dados do Estado – BDEweb, 2022.

As projeções apresentadas no Gráfico 2 indicam que a população da Região 2 estará mais envelhecida a partir de 2020. E também corroboram com a diminuição populacional indicada na projeção apresentada no Gráfico 1.

As mudanças na estrutura etária, conforme projeções apresentadas no Gráfico 2, deverão alterar expressivamente as características da demanda e oferta de serviços no estado do Paraná e, em particular, na Região 2. Um parâmetro que pode ser utilizado para ilustrar o impacto de mudanças no perfil demográfico da região é a Razão de Dependência da População (RD)<sup>9</sup>.

O valor médio da RD total para a Região 2 era de 48,0 em 2020, maior do que a média do Paraná (44,4) e do que a média do Brasil (44,3) no mesmo período. Todos os municípios possuem razão igual ou maior do que as razões do estado e do país. Porém, sete municípios da Região 2 apresentaram RD levemente superior a 50,0: Leópolis (50,0), Rancho Alegre (50,0), Uraí (50,3), Itambaracá (51,2), Assaí (51,3), Nova Santa Bárbara (51,5) e Santa Amélia (51,9). Somente o município de Sapopema (44,4) apresentou RD igual ao do Paraná.

Uma medida maior da RD significa maior contingente de população dependente, no caso da média da Região 2, a cada 100 pessoas potencialmente economicamente ativas, 48,0 são economicamente dependentes. Considerando os resultados mostrados nos Gráficos 1 e 2, é possível supor que há uma tendência de aumento da RD ao longo dos próximos anos.

Em 2020, a maioria dos municípios da região possuía a razão RDI menor do que a RDJ, um cenário semelhante ao apresentado pelo Estado. Apenas três municípios, Santa Mariana, Sertaneja e Rancho Alegre, apresentaram a Razão de Dependência da População Idosa (RDI) superior à Razão de Dependência da População Jovem (RDJ).

Considerando os dados referentes à razão de dependência, alguns desafios decorrentes do diagnóstico associado ao eixo da demografia estão na qualidade do ensino básico, na capacitação da mão de obra, no fortalecimento de ações que estimulem o empreendedorismo entre os jovens, no fortalecimento do setor privado mais distribuído regionalmente e da infraestrutura de suporte. Nesse sentido, as próximas seções apresentarão dados e indicadores para a construção de diagnóstico relacionado a esses eixos.

<sup>9</sup> A Razão de Dependência da População é obtida pela razão entre o segmento etário definido como dependente, pessoas idosas com 65 anos ou mais e pessoas com menos de 15 anos de idade, pelo segmento etário potencialmente produtivo (RD). Trata-se de um indicador utilizado para medir a participação do contingente populacional potencialmente inativo, aquele que a sociedade deveria sustentar pela sua parcela potencialmente ativa.

### 1.3 Educação

#### Pontos de Atenção:

- Os dados indicam que é preciso aprofundar a pesquisa visando estratégias que busquem aumentar a nota do IDEB do ensino médio;
- Há ausência de matrículas públicas no ensino profissionalizante em 20 dos 37 municípios da região, o que aponta a necessidade de aprofundar a investigação sobre tais causas e possíveis soluções;
- Ensino superior majoritariamente privado;
- A distorção idade-série é predominantemente masculina e, conforme a escolaridade avança, ela se torna ainda maior na região;
- É preocupante o índice de pessoas com nível superior empregadas, o qual se encontra abaixo da média estadual e nacional.

Após um panorama geral e a apresentação demográfica da Região 2, esta seção apresentará os dados e desafios relacionados às questões educacionais. Destaca-se que a educação é um direito público subjetivo, a qual visa o pleno desenvolvimento da pessoa, atrelada a qualificação para o trabalho<sup>10</sup> e para o mundo do trabalho. Neste viés, é relevante observar determinados dados educacionais, articulando-os às questões socioeconômicas da região.

No Paraná, em 2019, 1,4 milhões de estudantes estavam matriculados no ensino fundamental<sup>11</sup>, dos quais 20.885 mil estudavam em escolas localizadas nos municípios da Região 2. As escolas da rede pública eram responsáveis por 85,1% das matrículas no estado e 87,1% na Região 2 (MEC/INEP, BDEweb IPARDES, 2020).

No Brasil, em 2022<sup>12</sup>, foram registradas 7,9 milhões de matrículas no ensino médio (um aumento de 1,2% em relação a 2021), indicando a tendência de crescimento que chega a 5,4% desde o início da ascendência dessa curva, em 2019. A rede estadual tem a maior participação nessa etapa, com 84,2% das matrículas. A rede federal, por sua vez, participa com 232 mil estudantes, 3% do total, ou seja, atende 6,6 milhões de estudantes nas escolas públicas (87,7%) enquanto a rede privada possui cerca de 971,5 mil matriculados, 12,3% do total. A partir desses números, observa-se o papel estratégico que a rede estadual pode exercer em projetos voltados ao desenvolvimento de qualquer região.

Em 2020, o estado do Paraná contava com uma rede de 2.131 escolas públicas estaduais, perfazendo o montante de 1.040.625 matrículas (educação básica, educação de jovens e adultos e educação especial). Agrega-se a estes dados, 45.440 docentes para os atendimentos da oferta na rede de ensino do Paraná<sup>13</sup>. A taxa de aprovação no Paraná nas escolas estaduais em 2020 era de 98,9% para anos iniciais do ensino fundamental, de 96,3% para os anos finais e 91,3% para o ensino médio.

Nas Tabelas 1 e 2 são apresentadas informações sobre a distribuição de matrículas em estabelecimentos na Região 2 e no Paraná, de acordo com a rede, entre 2021 e 2022. Observa-se que as redes estadual e municipal concentram juntas pouco mais de 86,8% das matrículas na educação básica na região, sendo que a rede privada registra 13,18% das matrículas e não são observadas matrículas para a rede federal na região. Em relação aos estabelecimentos onde se oferta educação básica, a rede pública (municipal e estadual) apresenta 85,23% dos

<sup>10</sup> As questões legais apresentadas pautam-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

<sup>11</sup> A Constituição Federal de 1988 determina que os estados atuem no ensino fundamental e médio. O estado do Paraná oferta em maior número vagas de anos finais do ensino fundamental e todos os anos do ensino médio.

<sup>12</sup> Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022>.

<sup>13</sup> Os dados encontram-se disponíveis em: <https://qedu.org.br/uf/41-parana/censo-escolar>.

estabelecimentos, enquanto a rede particular possui 14,77% do total e não há estabelecimentos federais.

No ensino fundamental, 45,55% das matrículas estão na rede municipal, 41,56% das matrículas estão na rede estadual e 12,89% na rede particular. Em relação aos estabelecimentos, 81,98% estão vinculados a uma rede pública, municipal ou estadual, enquanto 18,01% estão vinculados à rede particular. Novamente, o comportamento da região é parecido com o do Paraná, em que 46,97% das matrículas estão na rede municipal, 38,39% na rede estadual e 14,6% na rede particular.

TABELA 1: Distribuição de matrículas em estabelecimentos de ensino na Região 2, conforme a rede de oferta – 2022

Matrículas na Educação Básica (2022)		Rede Federal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Particular
Total	38,954		43.45%	43.37%	13.18%
Pré-Escola	4,457		0.83%	81.58%	17.59%
Ensino Médio	7,282		94.08%		5.92%
Ensino Fundamental	20,885		41.56%	45.55%	12.89%
EJA, no Ensino Médio	477		100.00%		
EJA, no Ensino Fundamental	1,274		25.35%	33.83%	40.82%
Educação Profissional	2,572		96.23%		3.77%
Educação Especial - Classes Exclusivas	1,668			29.14%	70.86%
Creche	3,925			84.41%	15.59%
<b>Estabelecimentos de Ensino (2022)</b>					
Educação Básica - Total	237		29.11%	56.12%	14.77%
Pré-Escola	117		3.42%	68.38%	28.21%
Ensino Médio	54		87.04%		12.96%
Ensino Fundamental	161		34.78%	47.20%	18.01%
EJA, no Ensino Médio	6		100.00%		
EJA, no Ensino Fundamental	36		16.67%	47.22%	36.11%
Educação Profissional	15		93.33%		6.67%
Educação Especial - Classes Exclusivas	45			71.11%	28.89%
Creche	86			62.79%	37.21%
<b>Matrículas Educação Superior (2021)</b>	11,906	23.98%	25.00%		51.02%
<b>Instituições de Ensino Superior (2021)</b>	2				100.00%
<b>Docentes Educação Superior (2021)</b>	67				100.00%
<b>Concluintes Educação Superior (2021)</b>	1,848	8.93%	25.00%		66.07%

Fonte: MEC/INEP, BDEweb IPARDES, 2023. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>.

Outro dado apresentado na Tabela 1, que merece atenção, é a participação da rede particular na oferta de ensino fundamental para jovens e adultos (EJA) na Região 2, com 40,82% das matrículas e 36,11% dos estabelecimentos. No número de matrículas de ensino fundamental para jovens e adultos (EJA), a rede particular apresenta uma participação bastante expressiva, mas com uma percentagem levemente menor que a apresentada pelo estado. A Tabela 2 mostra que, no caso do Paraná, a participação de instituições públicas é de 57,14% de matrículas nas redes municipal e estadual, ficando o restante, 42,86%, na rede particular. Se por um lado é interessante o investimento do setor privado na educação, por outro lado, os números da região e do estado podem indicar uma deficiência do setor público, o que pode dificultar o acesso a esse nível educacional por jovens e adultos de baixa renda.

No caso do ensino médio na Região 2, a rede estadual registra 94,08% das matrículas, enquanto a rede particular, 5,92%. Em relação aos estabelecimentos onde o ensino médio é oferecido, a rede estadual possui 87,4% do total, enquanto a rede privada possui 12,96%. Na educação de jovens e adultos (EJA), a rede estadual concentra 100% das matrículas. No Paraná, 85,06% das matrículas no ensino médio estão na rede estadual, enquanto 13,03% está na rede particular e apenas 1,91% na rede federal. No caso do ensino médio na educação de jovens e adultos para o Paraná, diferentemente da Região 2, há uma participação significativa da rede particular nas matrículas, com 26,86%, enquanto a rede estadual aparece com 72,82% e a rede federal com 0,22%.

Na educação profissional, a rede estadual também responde pela grande maioria das matrículas, com 96,23% do total, enquanto a rede privada, 3,77%. No caso do ensino médio e da educação

profissional, a rede estadual se destaca. Compreendendo que o desenvolvimento regional perpassa por uma integração das redes estadual e federal, a ausência da rede federal chama a atenção, o que de fato compreende-se ser necessário um planejamento conjunto para trazer a participação de investimento federal no sistema educacional da região em tela.

No estado do Paraná, a educação profissional possui uma participação significativa da rede municipal, com 33,03% das matrículas, enquanto a rede federal corresponde por 10,72%, e a rede estadual continua tendo a maior parte das matrículas, com 56,25% das matrículas.

No caso da Região 2, a participação da rede federal pode ser iniciada na oferta do ensino médio e, principalmente, na educação profissional com a chegada de novos campi do Instituto Federal do Paraná para os municípios da região. Outra modalidade de atendimento da rede federal que pode ser levada para a região é a educação profissional de jovens e adultos, o chamado PROEJA, pois atende um público que já está atuando no mercado de trabalho e necessita de qualificação técnica e científica.

TABELA 2: Distribuição de matrículas e estabelecimentos de ensino no Paraná, conforme a rede de oferta

<b>Matrículas na Educação Básica (2022)</b>	<b>Rede Federal</b>	<b>Rede Estadual</b>	<b>Rede Municipal</b>	<b>Rede Particular</b>
Total	0,59%	38,64%	42,93%	17,84%
Pré-Escola		0,28%	82,10%	17,61%
Ensino Médio	1,91%	85,06%		13,03%
Ensino Fundamental		38,39%	46,97%	14,60%
EJA, no Ensino Médio	0,22%	72,92%		26,86%
EJA, no Ensino Fundamental		42,20%	14,94%	42,86%
Educação Profissional	10,72%	56,25%	33,03%	
Educação Especial - Classes Exclusivas		0,88%	17,96%	81,15%
Creche		0,03%	74,20%	25,77%
<b>Estabelecimento de Ensino (2022)</b>				
Total	0,32%	22,30%	55,10%	22,28%
Pré-Escola		0,92%	69,59%	29,50%
Ensino Médio	1,41%	77,34%		21,25%
Ensino Fundamental		31,12%	49,36%	19,50%
EJA, no Ensino Médio	0,30%	88,62%		11,08%
EJA, no Ensino Fundamental		26,10%	35,62%	38,29%
Educação Profissional	3,83%	77,56%		18,60%
Educação Especial - Classes Exclusivas		0,68%	60,94%	38,38%
Creche		0,05%	57,87%	42,07%
<b>Matrículas Educação Superior (2021)</b>	11,11%	10,60%		78,14%
<b>Instituições de Ensino Superior (2021)</b>	2,35%	4,12%	1,76%	91,76%
<b>Docentes Educação Superior (2021)</b>	23,27%	27,77%	0,63%	48,33%
<b>Concluintes Educação Superior (2021)</b>	4,97%	10,83%	0,26%	83,93%

Fonte: MEC/INEP, BDEweb IPARDES, 2023. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>.

Nota-se, por esses dados, que os municípios e o estado concentram a grande maioria das matrículas na educação básica, e o enfrentamento dos desafios deste nível passam por ações que articulem essas duas esferas administrativas.

No caso do ensino superior na Região 2, o número de matrículas na rede particular é levemente maior, com 51,02% do total, sendo que esta rede possui 100% das instituições com sede na região<sup>14</sup>. No estado do Paraná, novamente a participação da rede particular se destaca, com 78,14% das matrículas e 91,76% das instituições, ficando as redes federal e estadual com 21,71% das matrículas e 6,47% dos estabelecimentos.

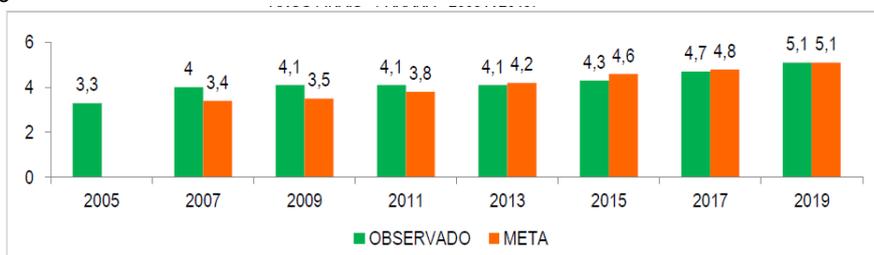
Embora o investimento do setor privado no ensino superior seja importante, a presença de instituições públicas é fundamental, tanto para ampliar o acesso de pessoas de baixa renda

<sup>14</sup> Neste levantamento, estão sendo consideradas apenas instituições que possuem reitoria/sede administrativa na região, assim, instituições públicas (estaduais ou federais) que ofereçam ensino superior, possuindo apenas campus na região, não foram contabilizadas.

quanto para aproximar a região do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação, uma vez que a maioria das pesquisas no Brasil ainda é realizada em instituições federais ou estaduais. Assim, o ensino superior manifesta um desafio ao setor público na Região 2, sendo que projetos ligados ao desenvolvimento da região devem englobar uma maior presença de instituições públicas, sejam federais ou estaduais, visando o aumento na disponibilidade de matrículas e a facilidade ao acesso.

Diante deste contexto educacional, faz-se necessário analisar determinados elementos que compõem os dados referentes à educação pública do estado e da Região 2. Um dos principais indicadores utilizados é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>15</sup>. No ano de 2019, o Paraná atingiu pontuação de 5,1 na avaliação dos anos finais do ensino fundamental, superando a média brasileira de 4,7 (MEC/INEP BDEweb IPARDES, 2020), sendo que a série histórica deste indicador pode ser observada no Gráfico 3. Nos resultados do IDEB relativos a 2021, o estado atingiu a pontuação de 5,2 para os anos finais do ensino fundamental, abaixo da meta que era de 5,5 no do Brasil.

GRÁFICO 3 - Meta da nota do IDEB e nota observada do ensino fundamental dos anos finais - Paraná - 2005 a 2019

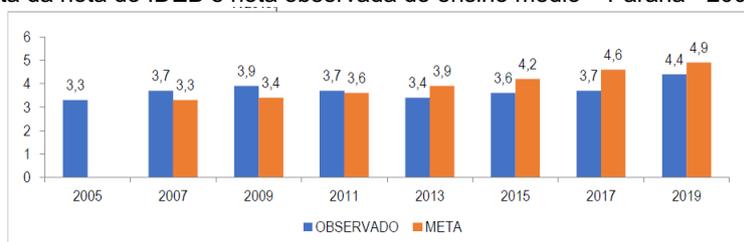


FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; IDEB - Ensino Fundamental - anos finais, 2019.

Nota-se pelo Gráfico 3 que, a partir de 2015, gradativamente as notas do IDEB referentes aos anos finais vêm aumentando de maneira constante quando comparado a média nacional, que atualmente é de 5,5. Esse crescimento é significativo, mas o estado ainda não alcançou a meta projetada. Para que a meta seja alcançada, é fundamental que as médias de proficiência das avaliações de língua portuguesa e de matemática tenham maiores resultados. Além disso, os níveis de evasão escolar precisam ser zerados e é necessário aumentar as taxas de aprovações dos alunos.

Ao analisar os dados do Gráfico 4, referentes ao ensino médio no Paraná, a pontuação do IDEB vem subindo desde 2013, chegando a 4,6 em 2021, superando a média do Brasil, de 3,9 pontos (INEP, 2022)<sup>16</sup>. Com esta pontuação, o Paraná se tornou o estado com a melhor nota no ensino médio do Brasil.

GRÁFICO 4 - Meta da nota do IDEB e nota observada do ensino médio – Paraná - 2005 a 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; IDEB - Ensino Médio, 2019.

<sup>15</sup> Funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da educação pela população por meio de dados concretos. Calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep.

<sup>16</sup> Os dados encontram-se disponíveis em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>

Observa-se que, a partir de 2013, as notas do IDEB no ensino médio vêm aumentando. No entanto, o estado do Paraná ainda não atingiu a meta nacional projetada a ser alcançada pelos estados, que atualmente é de 5,5. Em 2019, o montante de estudantes matriculados no ensino médio nas escolas localizadas nos municípios da Região 2 perfazia o total de 33,6 mil. Tanto o IDEB dos anos finais do ensino fundamental quanto do ensino médio do Paraná vem crescendo desde 2015, entretanto, ainda não atingiram as metas projetadas pelo governo federal. Para que isto ocorra, são necessárias determinadas ações voltadas a uma política educacional comprometida com a oferta de uma educação de qualidade.

Além deste desafio, ainda se faz necessário a diminuição das taxas de analfabetismo. Em 2022, o estado do Paraná apresentava 3,9% da população analfabeta, o maior entre os estados da região sul, porém menor que a taxa do Brasil de 5,6% (IBGE, 2022).

Outro indicador importante a ser considerado no contexto desta seção, é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal<sup>17</sup> (IDHM)<sup>18</sup>, que se baseia em outros três parâmetros, educação, renda e longevidade<sup>19</sup>. Em relação a educação, no momento da realização das oficinas, os dados disponíveis indicavam que o IDHM de educação do município melhor colocado da Região 2, Cornélio Procópio, era de 0,618, menor que o do Paraná, que estava em 0,668, e menor que o do Brasil, que era de 0,637. Como este indicador está relacionado à quantidade média de anos de estudo de uma população, é possível dizer que o cenário da região no momento da realização das oficinas estava abaixo da média do estado e do país.

Em 2021, o Paraná ficou com IDHM de 0,769 - sete posições abaixo do Distrito Federal, que apresenta IDHM de 0,814, o maior do país. O IDHM do Brasil era de 0,766. Em relação aos 26 estados e ao Distrito Federal, os dados do Paraná são os seguintes:

- IDHM Educação: 0,780, ocupando a 4ª posição;
- IDHM Renda: 0,744, ocupando a 6ª posição;
- IDHM Longevidade: 0,785, ocupando a 10ª posição.

Para efeito de comparação, em 2021 o estado melhor posicionado era São Paulo, com IDHM de educação 0,839, que também apresentava o melhor resultado entre os três indicadores analisados.

Em 2010, o município integrante da Região 2 que apresentava a melhor colocação no IDHM (Cornélio Procópio), com 0,759 no geral (IPARDES, 2020)<sup>20</sup>. Os indicadores de desenvolvimento humano do município melhor colocado na Região 2 eram os seguintes:

- IDHM Educação de 0,692;
- IDHM Renda de 0,746;
- IDHM Longevidade de 0,848.

Outro ponto que merece destaque na análise das questões educacionais refere-se a distorção idade-série<sup>21</sup>. Essa distorção impacta diretamente os índices educacionais e posteriormente as questões de desenvolvimento econômico da região. Historicamente, a distorção série-idade é percebida a partir do 3º ano do ensino fundamental, mas se acentua também no 7º ano do ensino fundamental e na 1ª série do ensino médio (MEC, 2020). Em 2020, a taxa de distorção idade-

<sup>17</sup> Os dados encontram-se disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pesquisa/37/0>.

<sup>18</sup> É uma medida composta de indicadores das dimensões do desenvolvimento humano: educação, longevidade e renda. O índice varia de 0 a 1, e quanto mais próximo a 1, maior será o desenvolvimento. Os dados encontram-se disponíveis em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idhm>.

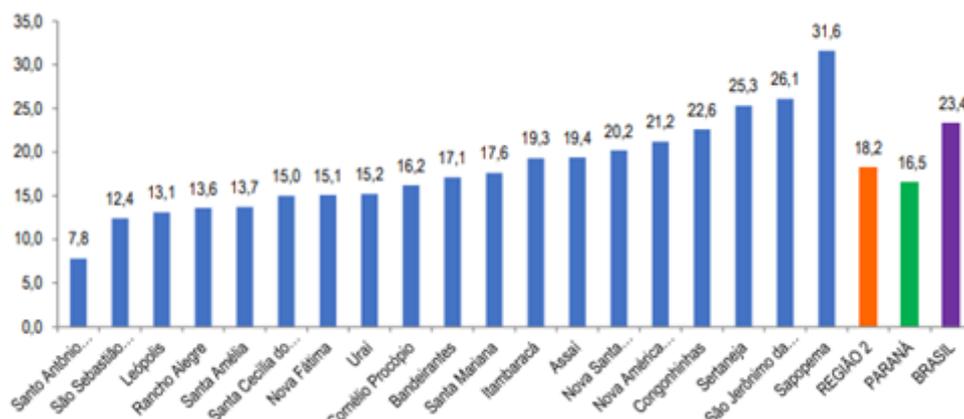
<sup>19</sup> O IDHM de longevidade e o IDHM de renda serão mencionados na próxima seção. Veja mais sobre "O que é IDH?" em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-idh.htm>.

<sup>20</sup> Relatório solicitado pelo Paraná Produtivo.

<sup>21</sup> Refere-se à proporção de alunos matriculados com dois anos ou mais acima da idade recomendada para aquelas séries/ano de ensino. Os dados são coletados pelo censo escolar, multiplicado por 100 e gerando percentual. Quanto mais alto, pior a defasagem.

série no Brasil alcançava 23,4% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental, e 26,2% das matrículas do ensino médio<sup>22</sup>(MEC, 2020).

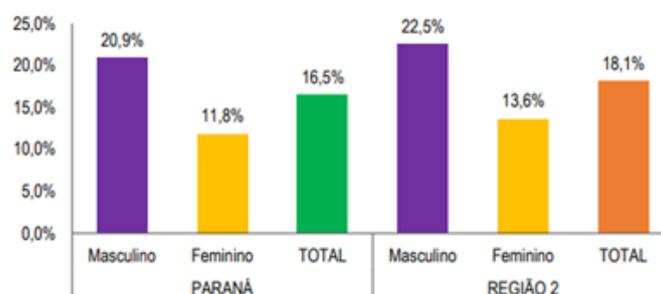
GRÁFICO 5 - Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental - Municípios, Região 2, Paraná e Brasil - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

Em relação a este indicador, os dados apresentados no Gráfico 5 mostram que, em 2019, a média da Região 2 estava melhor que a do Brasil, ou seja, com menor proporção de alunos com dois anos ou mais acima da idade recomendada para os anos finais do ensino fundamental, contudo a região apresentava três municípios com índices acima do valor nacional. Ademais, a média da região é superior à média do estado, constatando-se apenas nove municípios com distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental menores que o índice para o Paraná, sendo importante ainda destacar os municípios de Sertaneja, São Jerônimo da Serra e Sapopema, que apresentaram os maiores índices. Assim, a situação do atraso escolar é um grande desafio a ser superado na Região 2, sendo essencial a ampliação da qualidade do ensino básico. No Gráfico 6, é possível observar as distorções relacionadas por gênero.

GRÁFICO 6 - Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo - Região 2 e Paraná - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

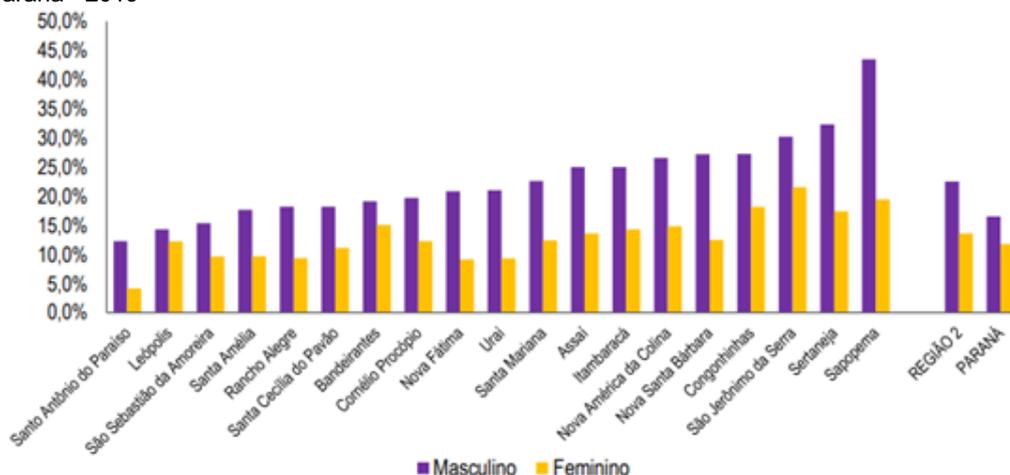
A distorção série-idade nos anos finais do ensino fundamental apresentou ainda um comportamento diferente quando a análise é feita com base no sexo dos estudantes. O Gráfico 6 mostra o comportamento deste índice em função do sexo, e percebe-se que a proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é significativamente maior do que a do sexo feminino, tanto no estado do Paraná quanto na Região 2. No Brasil em 2020, a maior diferença entre os sexos era observada no 6º ano do ensino fundamental, em que a taxa de distorção idade-série percebida era de 28,2% para o sexo

<sup>22</sup> Dados disponíveis em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf)

masculino, contrapondo-se a 16,8% para o sexo feminino (MEC, 2020), resultado pior do que a média da Região 2 e do Paraná.

O fato de a distorção idade-série ter sido maior para estudantes do sexo masculino, tanto na Região 2 quanto no estado do Paraná, manifesta um comportamento também observado nos dados do Brasil. Uma análise mais cuidadosa deste problema pode ser feita através do Gráfico 7, que apresenta os dados da distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo, fazendo o comparativo dos municípios, da região e do Paraná.

GRÁFICO 7 - Distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental, por sexo - municípios, Região 2 e Paraná - 2019

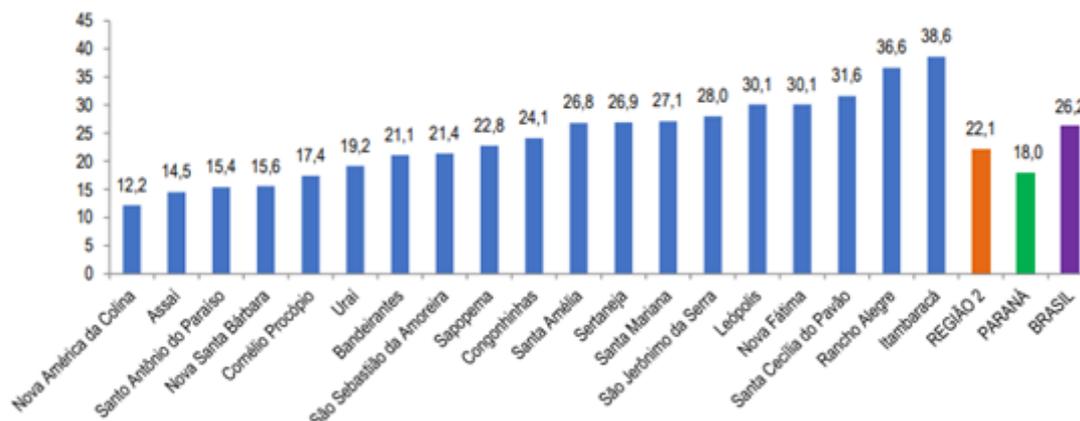


FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

Os dados do Gráfico 7 mostram que a distorção idade-série nos anos finais do ensino fundamental para Região 2 é superior à média paranaense em ambos os sexos, sendo sempre em maior proporção para alunos do sexo masculino, ultrapassando a média estadual em um maior número de municípios em relação ao público feminino. Em apenas três municípios da região a distorção no público masculino é inferior à estadual: Santo Antônio do Paraíso, Leópolis e São Sebastião da Amoreira. Já no feminino, sete dos municípios estavam abaixo do assinalado pelo indicador no Paraná: Santo Antônio do Paraíso, Nova Fátima, Uraí, Rancho Alegre, São Sebastião da Amoreira, Santa Amélia e Santa Cecília do Pavão. Esses dados evidenciam a defasagem escolar presente na Região 2, decorrente de reprovação ou abandono durante a trajetória de escolarização.

Uma análise dos dados referentes à distorção idade-série no ensino médio (Gráfico 8) mostra que a situação nesse nível era pior do que nos anos finais do ensino fundamental. De acordo com os indicadores mostrados no Gráfico 8, a situação de atraso escolar se intensificou, no caso do ensino médio, em que a Região 2 novamente apresentou uma média superior à do estado, incluindo a maioria dos seus municípios. Sendo que, em nove municípios, Santa Amélia, Sertaneja, Santa Mariana, São Jerônimo da Serra, Leópolis, Nova Fátima, Santa Cecília do Pavão, Rancho Alegre e Itambaracá, o resultado estava pior do que a média nacional.

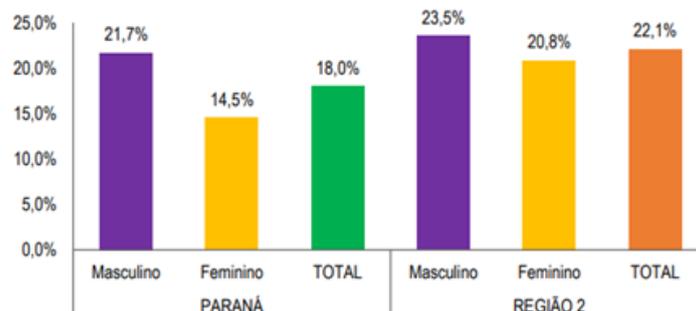
GRÁFICO 8 - Distorção idade-série no ensino médio (%) – municípios, Região 2, Paraná e Brasil - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

Com relação à proporção por sexo, observou-se a mesma tendência vista nos anos finais do ensino fundamental, ou seja: o público masculino é o que apresenta maior distorção, embora menos acentuada, como mostram os dados apresentados no Gráfico 9, reproduzindo um problema quase crônico do país, sendo um grande desafio a ser enfrentado.

GRÁFICO 9 - Distorção idade-série no ensino médio, por sexo - Região 2 e Paraná - 2019



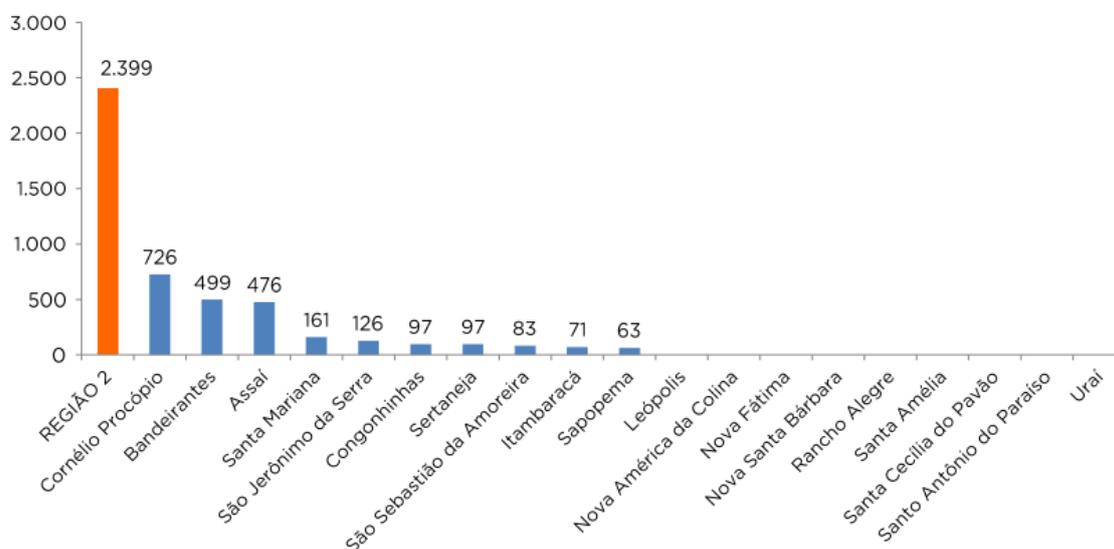
FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar – Educação Básica, 2019.

Dentre as principais causas para a ocorrência da distorção idade-série, encontram-se a reprovação, o abandono escolar ou ainda a realização de matrícula tardia. O caso específico do abandono escolar pode ter relação com as taxas de pobreza, uma vez que por vezes os jovens acabam deixando a escola devido à necessidade de trabalhar para ajudar no orçamento familiar, fato que pode ser mais acentuado para alunos do sexo masculino. Assim, a região necessita de ações que visem melhorar este indicador, o que deve envolver toda sociedade, uma vez que este problema também é acarretado por questões sociais, como desemprego, má distribuição de renda e precarização do trabalho.

Uma análise adicional a respeito do panorama do ensino médio pode ser feita através da inclusão de dados referentes às matrículas na educação profissional técnica de nível médio<sup>23</sup>. Das 129.801 matrículas na educação profissional técnica de nível médio no estado do Paraná em 2019, 2.399 matrículas estavam efetivas na Região 2. O Gráfico 10 mostra que os municípios de Cornélio Procópio, Bandeirantes e Assaí se destacam nesse indicador, com 30,3%, 20,8% e 19,83% das matrículas, respectivamente. Por outro lado, nove municípios não possuem matrículas públicas nessa modalidade de ensino, indicando a possibilidade de demanda por esta modalidade de ensino na região.

<sup>23</sup> A educação profissional técnica de nível médio corresponde à habilitação e a preparação geral para o trabalho. Compreende as seguintes ofertas: curso técnico integrado, curso técnico concomitante, curso técnico subsequente e curso normal/magistério de nível médio.

GRÁFICO 10 - Número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio da rede pública - municípios, Região 2 e Paraná - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Censo Escolar - Educação Básica, 2019.

A ampliação do número de escolas e instituições que ofertam educação profissional técnica de nível médio na Região 2 é importante para a melhoria da mão de obra dos trabalhadores e para a execução de projetos que envolvam desenvolvimento tecnológico e inovador.

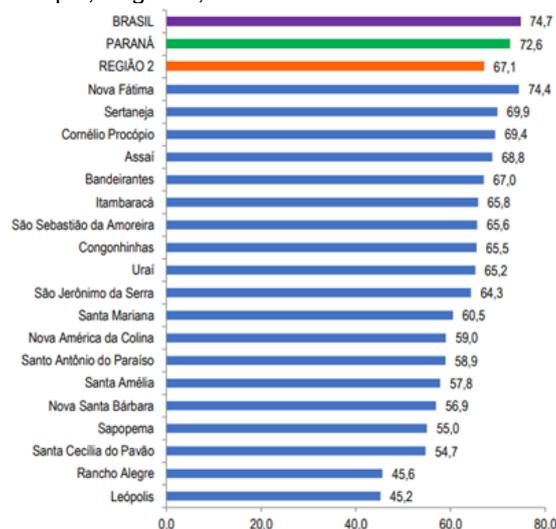
A educação profissional de nível médio pode impactar diretamente a vida dos cidadãos, tanto nas questões do aumento de escolaridade quanto nas questões de renda e desenvolvimento do território. Programas de desenvolvimento regional, como o PARANÁ PRODUTIVO, podem oferecer condições para a geração de empregos qualificados, que contribuem na produção de riqueza regionalmente.

Frequentemente, verifica-se a existência de relação entre escolaridade e renda, ou seja, quanto maior a escolaridade, maior a renda auferida pelo trabalhador. Nesse sentido, há uma expectativa de que, aos 18 anos de idade o indivíduo tenha concluído o ensino médio e possa garantir uma renda mínima vinculada a essa escolaridade básica.

No levantamento das pessoas com 18 anos e mais de idade, em 2019, foram encontradas na Região 2 30.276 pessoas empregadas, no Paraná 2.604.872 e 37.801.665 no Brasil, conforme cadastro da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério da Economia.

Deste total de pessoas empregadas na Região 2, 67,1% haviam concluído pelo menos o ensino médio, percentual menor que o do estado (72,6%), que por sua vez é menor que o do Brasil (74,7%). Com os dados apontados no Gráfico 11, é possível constatar que apenas um município da Região 2, Nova Fátima, apresentou percentual de trabalhadores formais com pelo menos o ensino médio completo, acima da média do Paraná e próxima a do Brasil, nenhum município estava acima da média nacional. Dos dezenove municípios da Região 2, quinze apresentaram percentuais abaixo da média da região.

GRÁFICO 11 - Percentual de pessoas com 18 anos ou mais, empregadas formalmente com pelo menos ensino médio completo - município, Região 2, Paraná e Brasil - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.

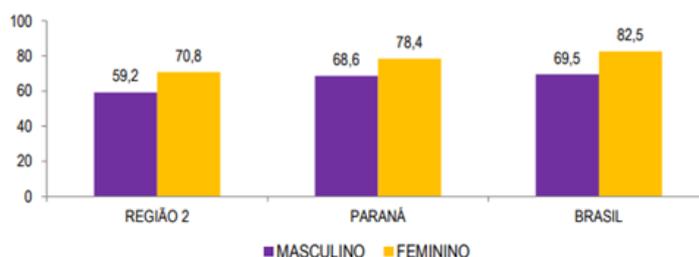
NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o setor público.

É sabido da existência de diferenças na inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres, apesar de o número de pessoas do sexo feminino ser superior ao masculino no Paraná e no Brasil. Além disso, há diferenças salariais entre os sexos, apesar do nível de escolaridade das mulheres, muitas vezes, ser maior que o dos homens.

Na Região 2, dos 20.321 trabalhadores com vínculo formal, de 18 anos e mais de idade e pelo menos com o ensino médio completo, 51,7% eram do sexo feminino e 48,3% do sexo masculino. Lembrando que, nesse caso, não estão considerados os trabalhadores do setor público.

Verifica-se que, apesar de estar em menor número no mercado de trabalho formal, a proporção de pessoas do sexo feminino, empregadas com vínculo formal, 18 anos e mais de idade e pelo menos com o ensino médio completo, é maior que a do sexo masculino nas três unidades territoriais definidas. Enquanto em todas as unidades territoriais o percentual de mulheres com essa escolaridade ficou acima de 70,0%, o percentual masculino não atingiu esse percentual em nenhuma unidade territorial analisada (vide Gráfico 12). Na Região 2, o percentual de homens com pelo menos o ensino médio completo era de 59,2% em relação ao total de homens no mercado formal. O percentual de mulheres com pelo menos o ensino médio completo era de 70,8%, em relação ao total de mulheres com vínculo formal (vide Gráfico 12).

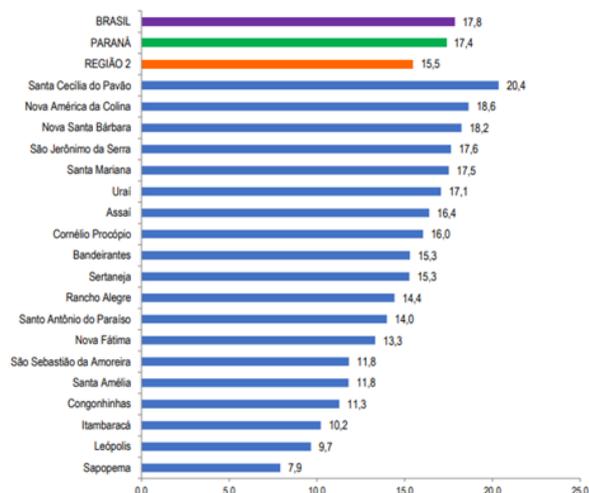
GRÁFICO 12 – Percentual de mulheres e homens com 18 anos ou mais de idade, com pelo menos o ensino médio completo e empregados formalmente – Região 2, Paraná e Brasil



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019. NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o setor público.

O diagnóstico evidenciado pelos dados mostrados até aqui aponta para a necessidade de políticas para a elevação do nível de escolaridade dos moradores da Região 2, particularmente ofertando capacitação profissional desde o ensino médio.

GRÁFICO 13 - Percentual de pessoas com 24 anos ou mais, empregadas formalmente com pelo menos ensino superior completo - município, Região 2, Paraná e Brasil - 2019



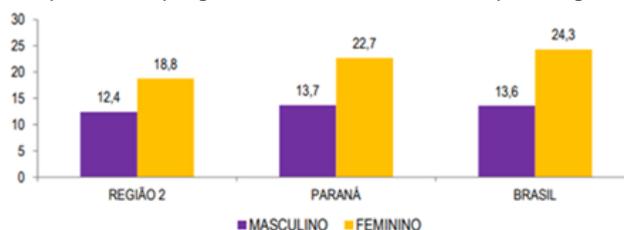
FONTE: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.

NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o setor público.

A partir de uma avaliação do mercado de trabalho com maior nível de escolaridade (ensino superior), considerando as pessoas com idade a partir de 24 anos, é perceptível que a Região 2 ainda está aquém se comparada com o estado ou com o país. De acordo com as informações mostradas no Gráfico 13, em 2019, apenas 15,5% das pessoas empregadas na Região 2 possuíam ensino superior, exceto aquelas com vínculo no setor público, percentual menor que a média do estado do Paraná (17,3%), que por sua vez é menor que o do Brasil (17,8%). Porém, é possível verificar, ainda pelo Gráfico 13, que cinco municípios da Região 2, Santa Mariana, São Jerônimo da Serra, Nova Santa Bárbara, Nova América da Colina e Santa Cecília do Pavão, apresentaram percentuais acima da média do Paraná, dos quais três também apresentaram média superior à do Brasil. É importante destacar também que dos dezenove municípios, onze ficaram com índice inferior à média da Região 2, com destaque para Sapopema (7,9%), apresentando o pior resultado.

Quando a análise da Região 2 é feita em função do sexo, dos 4.199 trabalhadores formais com 24 anos e mais de idade e com ensino superior completo, 58,5% eram do sexo feminino e 41,5% do sexo masculino. O percentual de mulheres com ensino superior completo empregadas (18,8%) é significativamente maior em relação aos homens (12,4%), diferença que não se manifestou na quantidade de empregados. Em outras palavras, a região tem um número muito maior de mulheres com ensino superior, mas não emprega na mesma proporção homens e mulheres.

GRÁFICO 14 – Percentual (%) de pessoas com 24 anos ou mais, do sexo masculino e feminino, com pelo menos ensino superior completo e empregadas formalmente - município, Região 2, Paraná e Brasil - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.

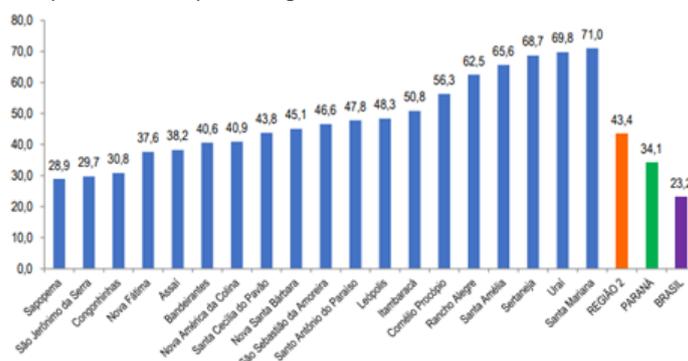
NOTA: Não foram contabilizadas no total de empregados formais as pessoas com vínculo com o setor público.

Os percentuais de trabalhadores, tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino com essa escolaridade foram mais baixos na Região 2, quando comparados com o Paraná e Brasil, como indicam as informações apresentadas no Gráfico 14.

Em relação ao ensino superior, destaca-se que os dados da Região 2 seguiram a mesma tendência do Paraná e do Brasil quando se analisa a predominância do sexo feminino nos empregos formais. No recorte específico das mulheres empregadas, a região apresentou uma diferença de 3,9 pontos percentuais inferior à média do estado, e 5,5 pontos percentuais abaixo da média nacional (vide Gráfico 14). No caso do sexo masculino, a diferença entre as médias estadual e nacional foram menores, com o percentual de apenas 1,3 pontos percentuais 1,2 pontos percentuais abaixo, respectivamente.

Além da qualificação profissional com o ensino superior, é necessário avaliar a relação da escolaridade com uma atividade econômica primária na região. Assim como ocorre em outras regiões do estado do Paraná, a Região 2 apresenta uma base econômica fortemente vinculada à agropecuária. Para isto, o Gráfico 15 mostra o percentual de produtores responsáveis pelos estabelecimentos de agricultura familiar, com pelo menos ensino fundamental completo na Região 2, no Paraná e no Brasil.

GRÁFICO 15 - Percentual de responsáveis pelo estabelecimento de agricultura familiar com pelo menos ensino fundamental completo - municípios, Região 2, Paraná e Brasil - 2017



FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 2017

Em relação à escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos da agricultura familiar da Região 2, 43,4% tinham ao menos o ensino fundamental completo. No mesmo período, este índice era de 34,1% para o Paraná, enquanto no Brasil era de 23,2% (vide Gráfico 15).

Em média, o percentual de responsáveis pelo estabelecimento de agricultura familiar com pelo menos ensino fundamental completo da Região 2 era maior que o percentual do Paraná e do Brasil. Onze municípios, Santa Cecília do Pavão, Nova Santa Bárbara, São Sebastião da Amoreira, Santo Antônio do Paraíso, Leopoldo, Itambaracá, Cornélio Procópio, Rancho Alegre, Santa Amélia, Sertaneja, Uraí e Santa Mariana, tinham percentual maior do que a média da Região 2, com destaque para Sertaneja, Uraí e Santa Mariana, onde o percentual era mais que o dobro do observado no Paraná, e quase o triplo do observado no Brasil. Porém, três municípios apresentaram percentual menor que a média estadual, Congonhinhas, São Jerônimo da Serra e Sapopema.

A agricultura é uma das fontes de geração de renda tanto para os moradores quanto para a região, por isso, investir na elevação do nível da escolaridade dos agricultores é de suma importância, pois impacta diretamente no desenvolvimento do território e das pessoas que nele habitam. Neste caso, a região necessita de ações específicas para esta finalidade, principalmente no caso dos três municípios em que a escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos da agricultura familiar está abaixo da média estadual.

As análises realizadas nesta seção trazem um recorte temporal que permite uma comparação dos municípios, região e país em dados educacionais importantes como IDEB, distorção idade-série, educação profissional técnica de nível médio e ensino superior, relacionando-os também

à questão de sexo (masculino e feminino) e empregabilidade. Com a apresentação destes dados, obtém-se um diagnóstico de alguns aspectos educacionais que merecem atenção, particularmente no desenvolvimento de políticas que visem a melhoria na qualidade da educação pública ofertada pelo estado.

Diante dessas análises, é importante a elaboração e efetivação de políticas públicas que possibilitem maior acesso e permanência nas instituições de ensino superior, especialmente das redes estadual e federal aos moradores da Região 2. O desenvolvimento econômico da região está atrelado diretamente à qualificação profissional das pessoas. E uma das formas de qualificação é o acesso às universidades, institutos federais e demais instituições que ofertam ensino superior, seja de maneira presencial ou de educação a distância. Além disto, foi possível perceber que conforme o nível de escolarização avança, as mulheres conseguem uma taxa menor de distorção série-idade, acessam o ensino superior e são empregadas formalmente.

As informações apresentadas ao longo desta seção indicaram a preocupação com questões educacionais, tendo em vista a população jovem da região. Os indicadores apresentados justificam ações que potencializam uma maior formação empreendedora, assim como uma formação de nível superior mais atrativa. Desta forma, é possível uma maior permanência dos jovens, gerando mão de obra com melhor qualificação e com capacidade de transformar o território. O fenômeno observado na Região 2 é similar ao que tem ocorrido em escala global, e, para isso, planejar cursos atraentes e que possuam significância com o perfil da sociedade deste território torna-se fundamental como estratégia de alavancagem social. Assim, o capital humano pode inclusive ser elemento de atratividade empresarial. A pouca oferta de cursos técnicos profissionalizantes indica uma necessidade de alteração deste panorama, seja com a oferta de um maior número de vagas por meio do instituto federal ou por meio de cursos técnicos na rede estadual de ensino médio. Outra opção importante seria a oferta de cursos disponibilizados pelo SENAI, SENAR e SENAC, ampliando a capacidade de formação profissional.

Na próxima seção, serão abordados os indicadores relacionados à saúde e como esses indicadores podem influenciar na qualidade de vida no território, assim como influencia o êxodo de jovens com talento para transformação social.

#### 1.4 Saúde

##### Pontos de Atenção:

- A Região 2 apresenta quantidade de médicos inferior à taxa do Paraná e do Brasil, com exceção de Cornélio Procópio, cuja média é superior;
- A taxa referente ao número de leitos hospitalares e de dentistas por habitantes está acima da média estadual e dentro dos parâmetros internacionais;
- As taxas de mortalidade infantil da região precisam de ações estratégicas em muitos municípios, pois a média está acima da encontrada no Paraná;
- O sistema de saúde regional é dependente do SUS;
- O desenvolvimento social começa com a disponibilidade de saúde em quantidade e qualidade.

Esta seção apresenta um diagnóstico referente à situação da saúde na Região 2, especialmente em relação a profissionais e equipamentos de saúde. As questões relacionadas à saúde são, muitas vezes, decisivas em relação a qualidade de vida e oportunidades para os jovens talentos. Desta forma, essa seção procura compreender como os indicadores apresentados possibilitam uma visão mais holística do planejamento territorial, e como isto pode potencializar ou não a qualidade de vida no território.

Nota-se que a ausência de médicos em quantidade pode acarretar uma perda na qualidade dos serviços de saúde – mais uma vez, um ponto de atenção para a Região 2, eis que dificulta a permanência de jovens na região, posto migrarem para outras localidades com melhor qualidade

em relação à saúde. Situação esta também vista na seção anterior em relação à educação, sendo pontos basilares para o desenvolvimento econômico e social do território. Embora a infraestrutura de saneamento tenha impacto na saúde das pessoas que vivem na região, o diagnóstico relacionado a este tema será apresentado na seção específica relacionada à infraestrutura.

Quando se trata de um diagnóstico sobre a saúde em uma região, é fundamental abordar a importância do chamado Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>24</sup>, instituído no país em 1988 por meio da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo um sistema destinado a garantir o acesso integral, universal e gratuito a serviços de saúde. Considerado um dos maiores e melhores sistemas de saúde públicos do mundo, o SUS beneficia cerca de 190 milhões de brasileiros e realiza, por ano, cerca de 2,8 bilhões de atendimentos, desde procedimentos ambulatoriais simples até atendimentos de alta complexidade, como transplantes de órgãos.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal, sendo que cada ente tem suas corresponsabilidades. Os desafios são muitos, cabendo ao governo e à sociedade civil a atenção para estratégias de solução de problemas diversos, identificados, por exemplo, na gestão do sistema e também no subfinanciamento da saúde (falta de recursos).

Um dos indicadores analisados nessa fase do relatório sobre a Região 2 pauta-se no número de profissionais médicos cadastrados, por mil habitantes, para mensurar a disponibilidade de atendimento à população. Com esta informação, é possível saber quantos médicos estão disponíveis a cada mil habitantes na região definida.

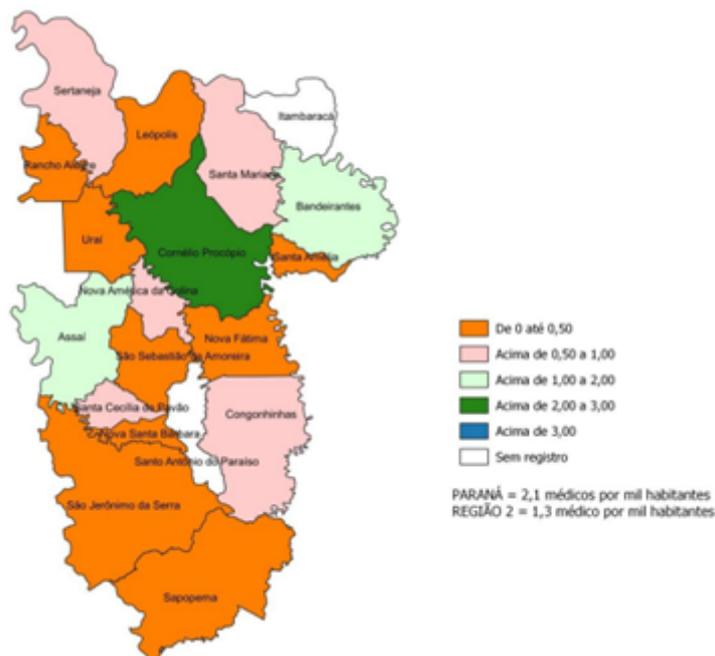
De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil (2019), o Paraná possuía 23.911 médicos neste cadastro. No mesmo período, um levantamento<sup>25</sup> do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Universidade de São Paulo (USP) indicou que o Brasil possuía 500 mil médicos. Conforme dados de 2020, a Região 2 possuía 251 médicos no registro de estabelecimentos de saúde, o que representava 1% do total de médicos no Paraná, sendo que a região possui 1,69% da população total do estado. A Figura 2, a seguir, indica a quantidade de médicos por mil habitantes nos municípios da Região 2.

De acordo com o levantamento observado, a Região 2 possuía 1,3 médico por mil habitantes, valor inferior ao do Paraná, 2,1 médicos por mil habitantes, e ao do Brasil, 2,38 médicos por mil habitantes. O único município que apresentou média superior à estadual e nacional foi Cornélio Procópio, com 2,8 por mil habitantes. Três outros municípios, Assaí, Bandeirantes e Congonhinhas, apresentaram média igual ou superior a 1,0 médico por mil habitantes, porém os demais municípios (13) apresentaram médias inferiores a 1,0 médico por mil habitantes. Dois municípios, Itambaracá e Santo Antônio do Paraíso, não possuíam registros médicos no cadastro.

<sup>24</sup> Fonte: <https://pensesus.fiocruz.br/sus> e <https://www.saude.mg.gov.br/sus#:~:text=O%20SUS%20%C3%A9%20o%20%C3%BAnico,para%20qualquer%20atendimento%20de%20sa%C3%BAde>.

<sup>25</sup> Fonte: <https://revisamed.com.br/residencia-medica/quantos-medicos-tem-no-brasil/>.

FIGURA 2 – Quantidade de médicos por mil habitantes nos municípios da Região 2, por intervalo de valores - 2020

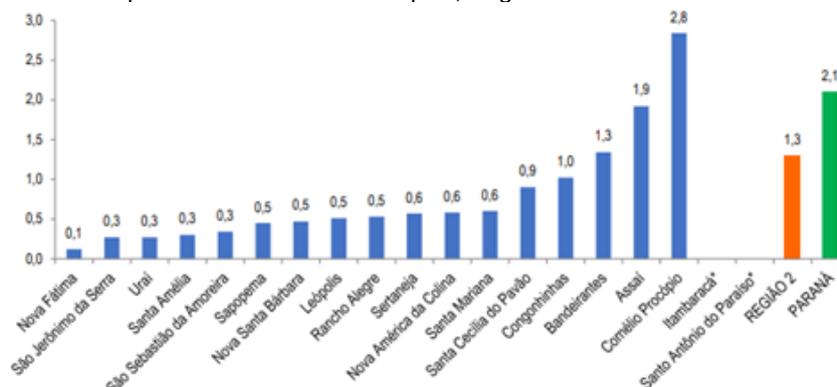


FONTES: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, 2019; ITCG, Base cartográfica, 2010.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) não definem ou recomendam um número desejável de médicos, enfermeiros e dentistas por habitante. Entretanto, um parâmetro utilizado no Brasil é a proporção encontrada no Reino Unido<sup>26</sup>, que depois do Brasil, tem o maior sistema de saúde público de caráter universal orientado pela atenção básica. Neste caso, um valor de referência seria de 2,7 médicos por mil habitantes, média ainda distante daquelas encontradas nos municípios da Região 2.

Esta discrepância da oferta de médicos entre os municípios pode ser observada no Gráfico 16, em que se percebe 16 municípios abaixo da média regional, indicando uma deficiência na cobertura médica no atendimento à atenção básica de saúde.

GRÁFICO 16 – Médicos por mil habitantes - municípios, Região 2 e Paraná - 2019



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES, 2019.

NOTAS: Não possuem médicos registrados no cadastro.

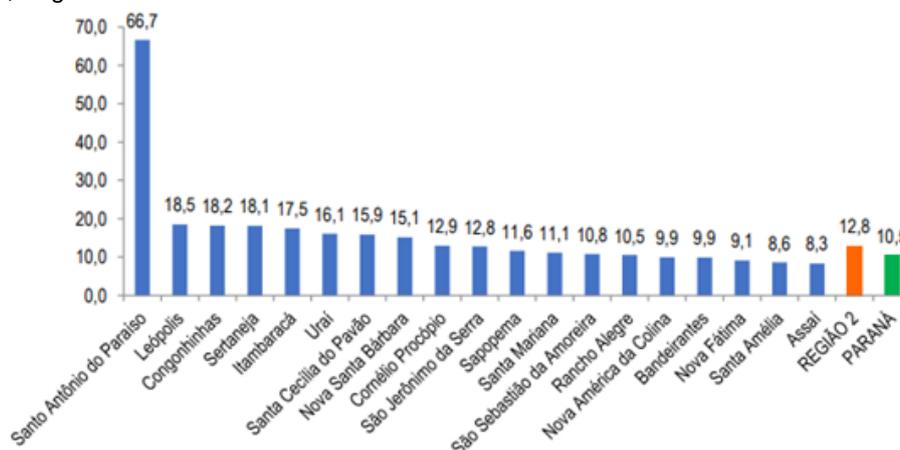
<sup>26</sup> Fonte: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto\\_nacional\\_saude\\_mais\\_medicos.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_nacional_saude_mais_medicos.pdf).

Retirado da Base de Dados do Estado - BDEweb, pela variável Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODS 3 - Médicos por mil habitantes, posição em dezembro do ano referido.

A oferta de profissionais da saúde depende de vários fatores, que muitas vezes precisam ser combinados. A tendência é que em centros econômicos e em lugares que possuem cursos da área de saúde e disponibilidade de serviços de saúde exista uma maior concentração de profissionais da área. Desta forma, um dos desafios para o planejamento de uma região está em combinar a oferta de serviços básicos de saúde e a disponibilidade de profissionais qualificados para o atendimento descentralizado no estado.

Outro dado relacionado às questões de saúde são os indicadores das taxas de mortalidade infantil. Essa taxa refere-se ao número de óbitos de crianças menores de 1 ano de idade por mil nascidos vivos na população residente em um espaço geográfico, em um determinado período considerado. Para esta análise neste diagnóstico, foi utilizado o recorte temporal dos anos de 2015-2019, dados disponíveis no momento de realização das oficinas, conforme pode ser observado no Gráfico 17. Foi considerada a classificação estabelecida pela Rede Interagencial de Informações para Saúde (RIPSA), na qual o valor da taxa de mortalidade de menores de um ano de idade é entendido como: alta (50 ou mais), média (20 a 49) e baixa (menos de 20).

GRÁFICO 17 – Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total – média do quinquênio - municípios, Região 2 e Paraná - 2015 a 2019



FONTE: Secretaria de Estado da Saúde – SESA; MINISTÉRIO DA SAÚDE/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – MS/DATASUS, 2015 a 2019.

NOTAS: Retirado da base de Dados do Estado – BDEweb, pela variável Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODS 3. Não incluído casos de local ignorado.

De acordo com as informações apresentadas no Gráfico 17, a taxa média de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade da Região 2 foi de 12,8 no período analisado, enquanto a taxa do estado do Paraná, 10,4. Somente 6 municípios apresentaram média igual ou inferior à média estadual, e 13 municípios apresentaram média superior à média regional. De todos os municípios da Região 2, 18 apresentaram a taxa total média de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade do quinquênio abaixo de 20 por mil, enquadrando-se na referência de taxa baixa, conforme preconiza a Rede Interagencial de Informações para Saúde – RIPSA. Entretanto, o município de Santo Antônio do Paraíso apresentou uma taxa 66,7, valor superior a 50 (considerada alta), resultado preocupante.

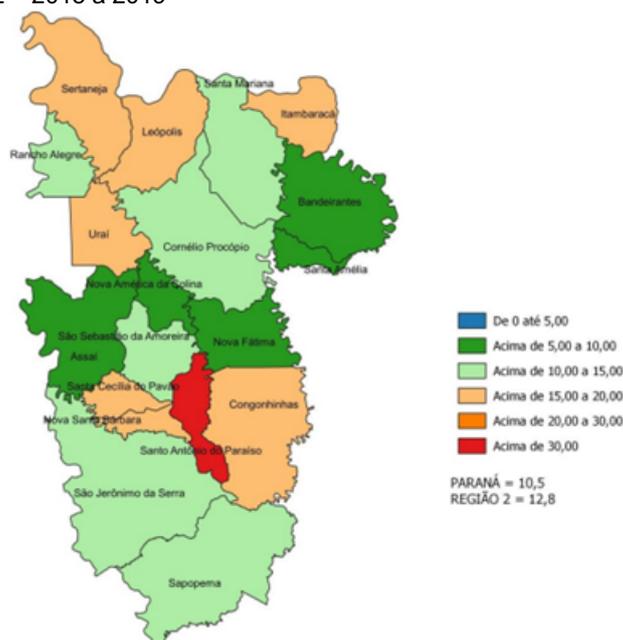
Há uma tendência de redução da mortalidade infantil em todas as regiões brasileiras. No estado do Paraná, de 2014 a 2018, houve uma considerável redução, maior do que a ocorrida no Brasil, conforme observado no Plano Estadual de Saúde do Paraná (2020). No entanto, há ainda a necessidade de desenvolvimento de ações para compreender fatores que fazem com que 13 municípios da Região 2 tenham apresentado taxas médias mais elevadas do que a taxa média do estado, como se vê no Gráfico 17.

A Figura 3 apresenta a média da taxa de mortalidade infantil total de menores de 1 ano de idade dos municípios da Região 2, no quinquênio 2015 a 2019. Este mapa evidencia que 8 municípios,

Congonhinhas, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão, Uraí, Leopólis, Sertaneja, Itambaracá e Santo Antônio do Paraíso, apresentavam taxas de mortalidade infantil em faixas maiores que os demais. Exceto para o último município citado, as taxas médias apresentadas podem ser consideradas baixas, pois estão mais próximas do valor indicado como alto pela RIPSA.

Os valores das taxas de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total média dos municípios da Região 2 indicam a necessidade de projetos voltados à melhoria desse indicador, com um destaque preocupante para Santo Antônio do Paraíso, que requer uma atenção maior para o indicador em questão.

FIGURA 3 – Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade total média do quinquênio dos municípios da Região 2 – 2015 a 2019



FONTE: Secretaria de Estado da Saúde – SESA; MINISTÉRIO DA SAÚDE/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – MS/DATASUS, 2015 a 2019; ITCG, Base cartográfica, 2010.

Outro parâmetro vinculado à infraestrutura de saúde na região é o número de leitos por mil habitantes. Em 2020, esta taxa era de 3,6 leitos por mil habitantes na Região 2. Enquanto isso, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) do mesmo período, o estado do Paraná dispunha de 2,7 leitos por mil habitantes e o Brasil, 2,3<sup>27</sup>.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a recomendação é de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes, indicando que a Região 2 está dentro dessa recomendação. Porém, o número de leitos não representa um amplo atendimento, pois o número de médicos por mil habitantes não acompanha essa média, ficando bem abaixo (1,3) do valor estadual e do valor nacional, o que representa um grande desafio a ser enfrentado para que o processo de atendimento básico seja consolidado.

Na Região 2, claramente, o SUS desempenha um papel fundamental no atendimento à saúde dos habitantes. Estima-se que 80% dos usuários do SUS no Brasil dependem exclusivamente deste sistema para qualquer tipo de atendimento à saúde<sup>28</sup>, fato que certamente engloba a Região 2.

<sup>27</sup> Fonte: [https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20200408-Informe-ERRS\\_Numero-de-leitos-por-habitante.pdf](https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20200408-Informe-ERRS_Numero-de-leitos-por-habitante.pdf).

<sup>28</sup> Fonte: [https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20200408-Informe-ERRS\\_Numero-de-leitos-por-habitante.pdf](https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20200408-Informe-ERRS_Numero-de-leitos-por-habitante.pdf).

O estado do Paraná, entre 2016 e 2019, teve uma média de 49% do total de leitos hospitalares vinculados à rede do SUS. Houve um aumento circunstancial no número de leitos no período entre 2020 e 2021, devido à pandemia de coronavírus, chegando a 56,7% dos leitos, índice que mostra a importância de um sistema como o SUS no enfrentamento de uma pandemia. Atualmente, o volume de leitos da rede SUS no estado está em 48,5% do total de leitos hospitalares<sup>29</sup>.

Do total de internações na rede do SUS ocorridas no estado do Paraná em 2022, cerca de 2,3% ocorreram em municípios da Região 2<sup>30</sup>. O fato de a região concentrar cerca de 1,7% da população do estado, mostra que os 2,3% de internações é um índice significativo e aponta para a importância estratégica do SUS para a região.

Do ponto de vista dos estabelecimentos de saúde, segundo dados divulgados pelo IPARDES (2023), a Região 2 concentra 1,37% do total de estabelecimentos estaduais de saúde, 2,9% dos municipais e 1,4% dos estabelecimentos da rede privada. Nenhum estabelecimento localizado na região pertence à esfera administrativa federal.

A distribuição de estabelecimentos, segundo a esfera administrativa, pode indicar a necessidade de maior presença do estado na Região 2, uma vez que a proporção de estabelecimentos estaduais se mostra inferior à proporção de população da região em relação ao estado. Contudo, este é um indicador que necessitará de maiores análises quanto ao desenvolvimento de ações no setor de saúde na região.

Além do que já foi apresentado anteriormente, merece atenção também a quantidade de dentistas por 1000 habitantes, fator bastante relevante quando se fala em qualidade de vida de uma população. Para este indicador, a OMS recomenda uma concentração de 1 dentista para cada 1.500 habitantes<sup>31</sup>, que leva a um fator de aproximadamente 0,7 dentista por mil habitantes. Assim como no caso da quantidade de leitos, em 2020 a Região 2 se enquadrava no limite da OMS, possuindo 0,7 dentistas para cada mil habitantes, número equivalente ao do estado do Paraná, que apresentou 0,7. No mesmo ano, o Brasil apresentava uma concentração de dentistas por mil habitantes de 0,5, número menor que a recomendação da OMS<sup>32</sup>.

Mesmo possuindo uma relação dentista/habitante no limite preconizado pela OMS, como é o caso da Região 2, a questão da saúde bucal deve receber atenção em projetos de desenvolvimento regional, pois envolve não só a infraestrutura e a disponibilidade de profissionais, mas também a educação das pessoas.

Os indicadores apresentados merecem atenção e fortalecem a necessidade de que o planejamento territorial seja sistêmico. Pensar em desenvolver a Região 2 em termos econômicos necessita claramente de que sejam executadas ações que melhorem as condições de saúde para a sociedade em geral, particularmente com o acréscimo de médicos por habitante, visando alcançar minimamente a média estadual. Outro ponto que necessita de atenção é relativo à melhoria do atendimento odontológico à população desta região. Além disso, é fundamental contar com equipamentos que possam atrair um corpo médico novo para a região.

Destaca-se que, em uma região em que todos os municípios são considerados pequenos, torna-se fundamental que o sistema de saúde atue em rede regional, pois, uma vez que o número de leitos se encontra na média, o número de médicos encontra-se abaixo da média recomendada por habitantes.

<sup>29</sup> Fonte: CNES, Datasus, 2023. Disponível em: <https://elasticnes.saude.gov.br/>.

<sup>30</sup> Fonte: IparDES, 2023. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>.

<sup>31</sup> Fonte: <https://www.proadess.icict.fiocruz.br/index.php?pag=fic&cod=Z06&tab=1#:~:text=Segundo%20o%20Conselho%20Federal%20de,81%2D82>.

<sup>32</sup> Fonte: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/saude-bucal/1374-dentistas-por-mil-habitantes?filters=1,2325;26,2325>.

O que se observou nos indicadores apresentados nesta seção trará reflexos para os indicadores apresentados na próxima seção que diz respeito ao desenvolvimento do setor privado.

## 1.5 Setor Privado

### Pontos de Atenção:

- O comércio é responsável pelo maior PIB da região; indústria fica em segundo e a agropecuária em terceiro;
- Os serviços são os que mais empregam, posteriormente vem o comércio, e ainda que a agropecuária não desponte como maior empregador, a média de empregos é maior que a estadual e nacional;
- O café é tido como elemento de potencialidade agregadora de valor, tanto na agricultura quanto na indústria com produtos de exportação;
- VAFI abaixo das médias estadual e nacional, com exceção do município de Uraí;
- A região conta com um bom potencial turístico que pode ser desenvolvido de maneira sustentável e inovadora;
- A razão de rendimento salarial das mulheres está abaixo da média estadual e nacional;
- A região conta com um atrativo turístico voltado à rota do café.

O setor privado da Região 2 possui atividades bastante diversificadas, com destaque para a agricultura familiar e o agronegócio. Nessa região, ocorre uma expressiva produção de nozes (fruto seco), manga, abacate, uva e laranja, sendo que as exportações de sumos de frutas são bastante representativas. A Região 2 possui a maior média salarial na atividade de cultivo de café, o que demonstra a valorização desta atividade que é muito relevante para o Norte Pioneiro.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Região 2 em 2018, dado disponibilizado no momento da realização das oficinas, era de R\$ 5,5 bilhões, o que representava 1,2% de todo o PIB do estado do Paraná (PR), e era menor do que a proporção da população da região em relação à população estadual, que era de 1,7%. Quando esse montante de riqueza era dividido pela população local, em 2018, chegava-se a um PIB *per capita* de R\$ 27,7 mil, significativamente menor que o PIB *per capita* do Paraná, que era de R\$ 36,6 mil, e do Brasil, que foi de R\$ 33,6 mil (IBGE, 2018).

O PIB *per capita* da Região 2, inferior à média estadual e nacional, indicava que a região apresentava problemas associados à desigualdade social e à concentração de renda, distorções também observadas em escala nacional. Especificamente em relação ao estado do Paraná, dados de 2019 indicavam que apenas dez municípios concentravam 53% do PIB estadual<sup>33</sup>.

Em 2020, o comportamento dos estabelecimentos do setor produtivo indicava uma maior presença do comércio em relação à indústria e à agropecuária. O comércio possuía 6.660 empresas, a agropecuária era o segundo setor em quantidade de empresas na região, com 2.994, e a indústria era representada por 1.584 empresas.

Na distribuição de empregos da Região 2<sup>34</sup> em 2020, o setor de serviços ocupava a primeira posição com 20.594 empregos (54,8%); o comércio ocupava a segunda posição, com 7.350 empregos (19,6%); seguido pela indústria, com 5.888 (15,7%); agropecuária, com 3.436 (9,1%);

<sup>33</sup> Fonte: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/PIB-dos-Municipios>.

<sup>34</sup> Fonte: Banco de Informações Regionais, 2022: <https://paranaprodutivo.com.br/>.

construção, com 194 (0,5%), e o extrativismo mineral, com 84 (0,2%). No Paraná<sup>35</sup>, para o mesmo ano, o setor de serviços também ocupava o primeiro lugar, com 41,6% dos empregos, seguido pela indústria, com 25,8%, pelo comércio, 23,7%, pela agropecuária, com 3,9%, e pela construção, com 4,9% das vagas.

Enquanto isso, no Brasil, o setor de serviços também ocupava a primeira posição no número de empregos, com 47,6% das vagas, mas o comércio vinha em segundo lugar, com 23%, tendo a indústria em terceiro lugar, com 20,2%, seguido pela construção, com 5,3%, e pela agropecuária, com 3,9% dos empregos.

Chama a atenção o fato de que a participação da agropecuária nos empregos da Região 2 é maior que a média do estado e do país, apontando para o fato de que o setor produtivo da região ainda pode sofrer alterações significativas diante da possibilidade de melhorias nos índices educacionais ou desenvolvimento tecnológico. A distribuição populacional da região em 2010, como apontado na Seção 1.2, apresentava uma participação na zona rural sensivelmente maior do que no estado e no país, podendo ser este um dos fatores que contribuíam para a diferença em pontos percentuais na quantidade de empregos no setor agropecuário. Mesmo assim, este é um dado que merece atenção, particularmente no que diz respeito à concentração de renda, à qualificação da população e à possibilidade de diversificação das atividades produtivas.

Considerando as dificuldades potencializadas pela pandemia do coronavírus, é conveniente uma breve análise das movimentações recentes do emprego na Região 2, no período 2019/2020.

Nas atividades produtivas referentes agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, houve um acréscimo de 0,62% nos postos de trabalho, o que representa um aumento de 21 empregos (3.376 empregos em 2019 para 3.397 empregos em 2020). Esse resultado, embora menor em termos percentuais, acompanhou a movimentação de empregos no estado, que neste mesmo setor de atividades econômicas, considerando o mesmo período, registrou um crescimento de 2,76% no número de empregos.

Nas atividades produtivas relacionadas à indústria de transformação, houve um aumento de 0,52% nos empregos da região (2019/2020). O Paraná teve um aumento de 3,46% nos empregos industriais no mesmo período. Destaque para os municípios de Cornélio Procopio, com a criação de 91 empregos; Assaí, com um acréscimo de 85 empregos; e Itambaracá, que registrou mais 51 empregos na indústria de transformação. Nessa movimentação recente, o maior decréscimo em valores absolutos ficou por conta dos municípios Bandeirantes e Sapopema, que perderam, cada um, 139 postos de trabalho no período recente.

Percentualmente, deve-se destacar Congonhinhas, com um decréscimo de 14,8% no total dos empregos industriais, o que significa que, em 2019, haviam 94 trabalhadores ocupados formalmente na indústria do município e, em 2020, haviam apenas 80 empregados.

O comércio, que foi o setor econômico mais atingido pela pandemia do coronavírus, apresentou uma redução de 0,98% no estado do Paraná. Na região analisada, o resultado também foi negativo, porém em maior grau, com uma queda de 2,74%. Por outro lado, destaques positivos foram observados em Assaí, onde se registrou um aumento de 53 empregos, e Uraí, onde se registrou a geração de 22 empregos no comércio.

O Paraná abriu 52.670 vagas de emprego em 2020, aumento de quase 2% no número de postos de trabalho, enquanto para o Brasil esse número chegou a 142.690 empregos com carteira assinada, aumento próximo a 0,4% (CAGED, 2023).

O conjunto de informações sobre movimentações de emprego na Região 2 indicam que o setor do comércio foi o mais afetado pela pandemia do coronavírus. Particularmente no caso do comércio, a região acompanhou a tendência observada não só no estado, mas também no Brasil

<sup>35</sup> Fonte: Painel de Informações do Novo CAGED, 2022, <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiY00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjJlMDE1YWI2liwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>.

e no mundo. Assim, a retomada e o avanço do setor do comércio na Região 2 é um grande desafio a ser enfrentado em projetos voltados ao desenvolvimento regional. Já o comportamento do setor da agropecuária e da indústria de transformação, mesmo não apresentando resultados negativos, merecem atenção no sentido de se observar demandas de desenvolvimento tecnológico e capacitação de mão de obra na região, principalmente no que se refere a estabelecimentos que tenham origem na região.

Do ponto de vista da produção, no setor agropecuário da Região 2, em 2019 observava-se uma significativa participação na produção de noz (fruto seco), com cerca de 60% de toda noz produzida no estado do Paraná, com destaque para o município de Uraí que, além de ser um grande produtor de noz, também é um dos maiores produtores de manga do estado. De acordo com dados disponíveis no momento da realização das oficinas, a Região 2 foi responsável ainda pela produção de mais de 25% da manga, de 14% do abacate, de 11% da uva e da laranja do estado, cultivados principalmente nos municípios de São Sebastião da Amoreira, São Jerônimo da Serra e Assaí. A Região 2 também é responsável por cerca de 10% da produção de alho e de trigo (em grão) do estado, com evidência para o município de Congonhinhas.

Os resultados apresentados na Figura 4, obtidos no momento da realização das oficinas, apontam para o fato de que a produção de alimentos é variada, mas não abrange a produção de outros recursos de forma expressiva.

FIGURA 4: Produção agropecuária da Região 2



Fonte: IBGE, com dados extraídos da Base de Dados do Estado – BDEweb, 2022.

\*Representados os três primeiros municípios da Região 2 em valor de produção - 2019.

\*\*Percentual do valor da produção da Região 2 em relação com a produção do mesmo produto no Paraná - 2019.

A variedade, quantidade e desempenho da produção agropecuária da Região 2 também se vincula à presença de estabelecimentos de agricultura familiar. Segundo o Censo Agropecuário 2017, o Paraná tinha 303.541 estabelecimentos agropecuários, e, destes, 75,4% eram utilizados pela agricultura familiar, sendo que no Brasil este percentual era de 77,1% (IBGE, 2017). Na Região 2, o percentual de estabelecimentos utilizados pela agricultura familiar era de 73,0% do total, sendo 5.961 estabelecimentos, índice que fica próximo dos encontrados no estado e no país, resultado que deve colocar esta modalidade de atuação como estratégica em projetos ligados ao desenvolvimento da região.

Quanto aos atrativos turísticos, a região possui diversos roteiros a serem explorados, como a Rota do Café, a Rota do Rosário e a Represa Capivara na cidade Sertaneja. A Rota do Rosário é uma referência em turismo religioso regional. Além da beleza arquitetônica e do requinte das igrejas, destacam-se os santuários, que servem de cenário para celebrações e peregrinações, os monumentos de grandes dimensões e as festas religiosas. Um destino bastante comum aos turistas que visitam a região é o Santuário de São Miguel Arcanjo, em Bandeirantes.

A Rota do Café, outro atrativo histórico, cultural e gastronômico, busca valorizar a tradição da produção do “ouro verde” nas terras roxas do Norte do Paraná. O Sebrae colaborou para a estruturação desse roteiro, que conta com mais de 30 empreendimentos (cafés, fazendas, ecoturismo e museus) em nove municípios, em um raio de 200 km. Esta rota foi criada em 2009, com roteiros que passam dentro da Região 2 nas cidades de Santa Mariana e Cornélio Procópio, e se propõem a resgatar a cultura cafeeira do estado do Paraná. A Rota do Café oferece visitas guiadas e roteiros elaborados de acordo com o perfil e a necessidade dos visitantes.

A cidade de Sertaneja possui a maior área da represa Capivara, 100 km de um extremo a outro, formada por dois grandes rios: Tibagi e Paranapanema. A cidade também abriga a Ilha do Sol, uma área arborizada no meio da represa com potencial para instalação de empreendimentos hoteleiros de grande porte. Além do mais, é uma região promissora para o desenvolvimento do turismo náutico, turismo de aventura e rural.

Em relação à produção industrial, a Região 2 ainda abriga indústrias do setor metalúrgico e uma das maiores indústrias de transformadores a seco do país<sup>36</sup> em Cornélio Procópio. No município de Assaí<sup>37</sup>, se localiza também uma das maiores empresas do sul do país no setor de construção mecânica, envolvida em projetos que passam pela construção de turbinas para usinas hidroelétricas e chegam até motores para submarinos.

O município de Santo Antônio do Paraíso abriga uma empresa especializada na produção do purê frutífero<sup>38</sup>, matéria-prima destinada à indústria alimentícia para a produção de sorvetes, sucos, geleias, chocolates, entre outros itens. A empresa chega a processar 300 toneladas de polpa por mês. Municípios da região abrigam agroindústrias certificadas, indicando potencial de crescimento e possibilidade de absorção de inovações tecnológicas.

Sobre o impacto econômico da indústria na região, uma análise pode ser obtida através do Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação (VAFI)<sup>39</sup> em função do número de estabelecimentos e do número de empregos. O estado do Paraná registrou, em 2018, o Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação (VAFI) de R\$ 103,9 bilhões, que distribuído entre os seus 33.284 estabelecimentos industriais, resultou em uma razão próxima de R\$ 3,12 milhões por unidade. Já a Região 2, por sua vez, apresentou o VAFI de R\$ 628,9 milhões, e que distribuído entre 364 estabelecimentos industriais, levou a uma razão próxima de R\$ 1,7 milhão por estabelecimento, valor abaixo da média estadual. A Região 2 contribuiu com 0,6% do VAFI da indústria de transformação do estado. Contudo, apenas o município de Uraí apresentou valor acima da média estadual, enquanto Cornélio Procópio e Bandeirantes registraram valores médios acima da própria Região 2 e abaixo da média estadual. Por outro lado, 16 municípios registraram valores abaixo da média da própria região.

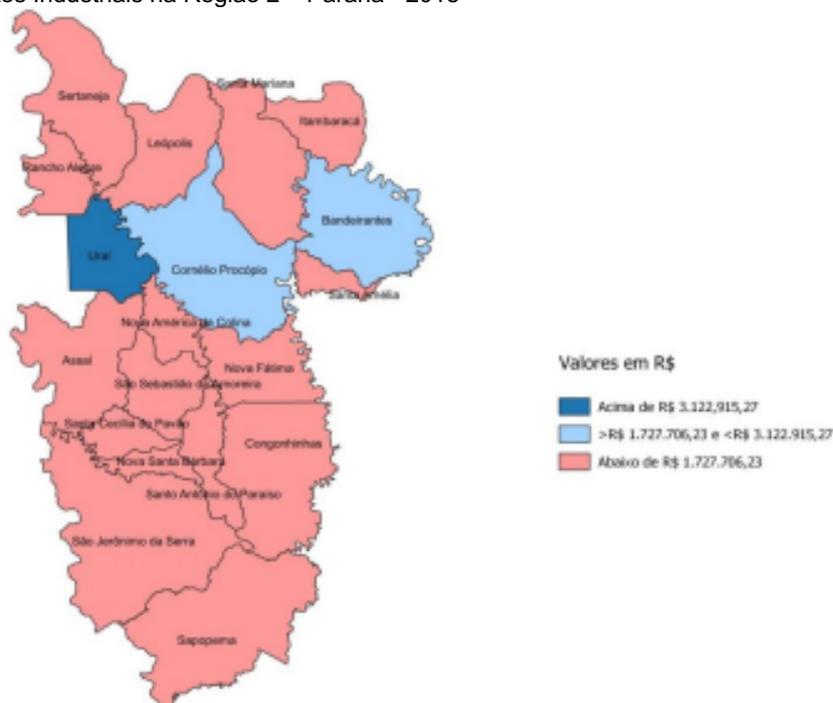
<sup>36</sup> Fonte: <https://www.folhadelondrina.com.br/norte-pioneiro/industrias-mantem-cidades-da-regiao-856294.html?d=1>.

<sup>37</sup> Fonte: <https://www.folhadelondrina.com.br/norte-pioneiro/numero-de-industrias-no-np-cresce-22-927805.html?d=1>.

<sup>38</sup> Fonte: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Nova-industria-vai-impulsionar-fruticultura-do-Norte-Pioneiro>.

<sup>39</sup> O VAFI corresponde à diferença entre valores das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo Imposto de Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o valor das entradas de mercadorias e serviços recebidos em uma empresa a cada ano civil (IPARDES, 2021).

FIGURA 5 – Razão entre o Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação e o Número de Estabelecimentos Industriais na Região 2 – Paraná - 2018



FONTE: SEFA/PR, 2018 – Ministério da Educação – Censo Escolar, Educação Básica, 2019 – ITCG, Base Cartográfica, 2010.

A Figura 5 mostra a distribuição da razão entre o VAFI e o número de estabelecimentos, para os diferentes municípios da Região 2. Pela figura, é possível perceber que este é um indicador que merece atenção, com os municípios de Santo Antônio do Paraíso, Nova América da Colina, São Jerônimo da Serra e São Sebastião da Amoreira apresentando médias expressivamente mais baixas que os demais municípios da Região 2.

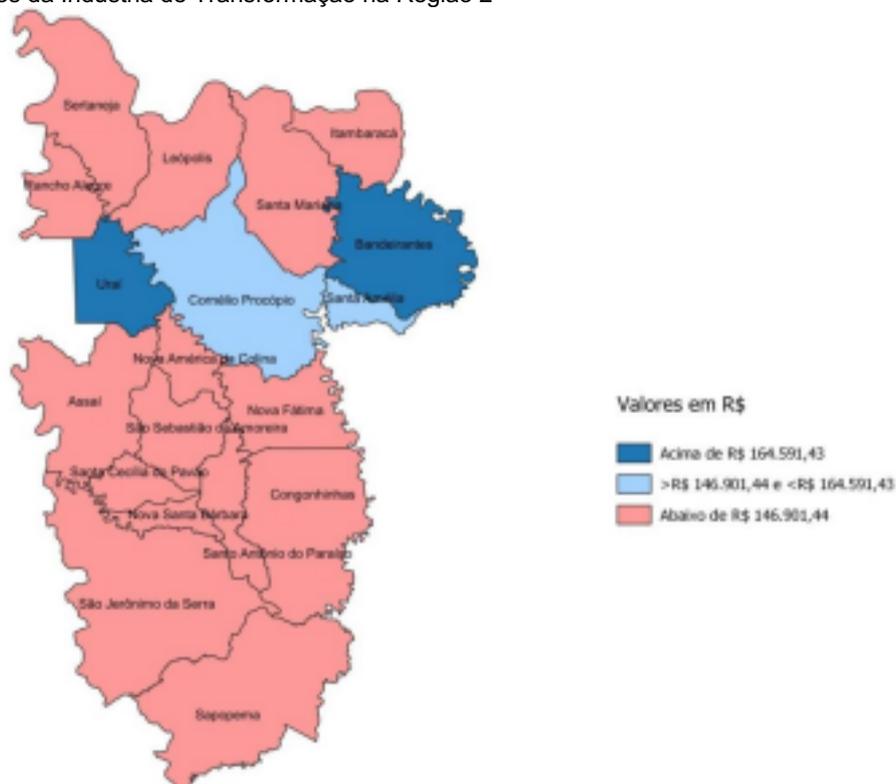
Estimativas feitas a partir de dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA Empresa 2018)<sup>40</sup> indicam que, naquele ano, o valor por estabelecimento no Brasil ficou próximo a R\$ 5,6 milhões, o que torna pior a média da região e de seus municípios, sendo ainda mais preocupante. Tal resultado indica a necessidade de ações para que o desenvolvimento industrial possa ser ampliado no território.

O estado do Paraná registrou, em 2018, o Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação de R\$ 103,9 bilhões, gerando 631.522 postos de trabalho no setor da indústria de transformação, resultando na geração de valor médio por empregos (razão VAFI/número de empregados) de R\$ 164,5 mil. Enquanto isso, a Região 2 apresentou o VAFI de R\$ 628,9 milhões, gerados por 4.281 empregos formais, resultando em uma média de R\$ 146,9 mil gerados por posto de trabalho.

No Brasil, ainda segundo estimativas a partir de dados da PIA-Empresa (IBGE, 2018), em média o empregado da indústria de transformação gerou uma movimentação de cerca de R\$ 163,1 mil. A Região 2 novamente apresentou média abaixo dos valores do estado e do país.

<sup>40</sup> Fonte: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27995-pia-empresa-309-mil-empresas-industriais-ocupavam-7-7-milhoes-de-pessoas-e-tiveram-receita-liquida-de-r-3-4-trilhoes-em-2018#:~:text=Em%202018%2C%20o%20faturamento%20bruto,2009%20\(74%2C7%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27995-pia-empresa-309-mil-empresas-industriais-ocupavam-7-7-milhoes-de-pessoas-e-tiveram-receita-liquida-de-r-3-4-trilhoes-em-2018#:~:text=Em%202018%2C%20o%20faturamento%20bruto,2009%20(74%2C7%25).).

FIGURA 6 – Razão entre o Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação e o Número de Empregados da Indústria de Transformação na Região 2



FONTE: SEFA/PR, 2018 – Ministério da Educação – Censo Escolar, Educação Básica, 2019 – ITCG, Base Cartográfica, 2010.

Na Figura 6, é apresentada a distribuição da razão entre VAFI e o número de empregados para a Região 2, na qual se percebe dois municípios que apresentaram valores acima da média do estado: Uraí (R\$ 333, 7 mil) e Bandeirantes (R\$ 223 mil). No segundo grupo de municípios, os que apresentaram valores abaixo da média estadual, mas acima da média da região, estavam Santa Amélia (R\$ 162,9 mil) e Cornélio Procópio (R\$ 160,4 mil). Por outro lado, 15 municípios registraram valores abaixo da média da própria região e do estado, confirmando as discrepâncias no setor industrial da região, agora também do ponto de vista de mão de obra.

Outro dado importante relacionado ao setor produtivo da Região 2, é a *Razão de Sexo do Rendimento Mensal da População de 18 anos e mais*<sup>41</sup>, que representa uma medida da situação de mercado formal de trabalho em termos geográficos, setoriais e influência do sexo no rendimento dos empregados. Para esse indicador, foram considerados cinco dos oito setores econômicos disponibilizados pela RAIS, uma vez que os setores extrativista mineral, de serviços industriais de utilidade pública e de construção civil apresentaram número de empregados baixos, principalmente daqueles do sexo feminino, o que pode distorcer a realidade em relação aos rendimentos. Os setores considerados foram: indústria de transformação; comércio; serviços; administração pública; agropecuária; extração vegetal e caça e pesca.

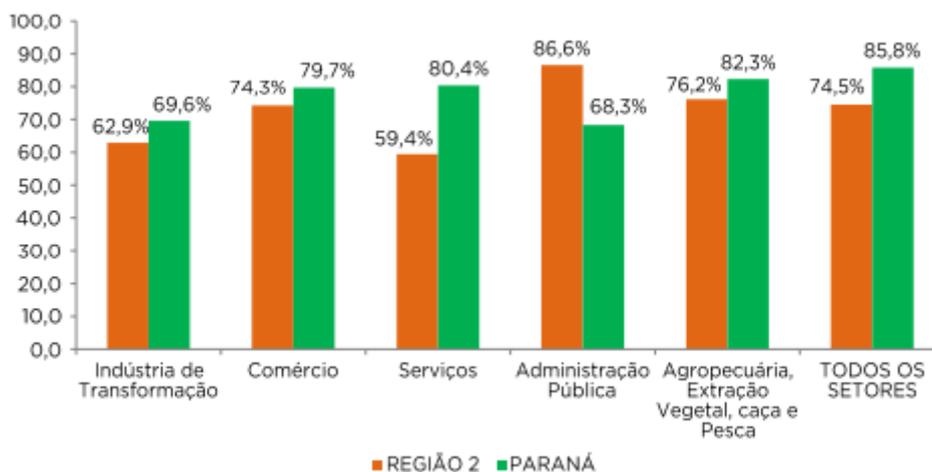
A partir das informações apresentadas no Gráfico 18, é possível perceber que, segundo a RAIS, em 2019, a razão do rendimento médio das mulheres sobre o rendimento médio dos homens nos setores selecionados mostra que, com exceção do setor de administração pública, a Região 2 apresentou maior diferença salarial (média) que o Paraná nos setores escolhidos.

Ao se considerar o total de 38.548 empregados com vínculo formal de trabalho na Região 2, a *Razão Sexo do Rendimento Mensal da População* entre homens e mulheres foi de 74,5%, o que

<sup>41</sup> Quanto mais próximo de 100, maior será a igualdade entre os sexos. Enquanto o valor abaixo de 100 indica que mulheres recebem menor rendimento que os homens, acima de 100 indica maior rendimento para as mulheres.

significa que para cada R\$ 100,00 recebidos por um homem, no momento da pesquisa, a mulher recebeu R\$ 74,50. No Paraná, essa razão foi de 85,8%, enquanto no Brasil (PNADC, IBGE, 2010) o percentual foi de 79,5%. Esse resultado aponta para a necessidade da adoção de políticas adequadas para que a Região 2 possa estar mais próxima de atingir o objetivo número 5 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>42</sup>.

GRÁFICO 18 – Razão de Sexo (Mulheres/Homens) do Rendimento Médio das Pessoas de 18 Anos e Mais de Idade Empregadas Formalmente, Segundo Setores Econômicos Principais – Região 2 e Paraná – 2019



FONTE: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2019.

Segundo dados de 2010, a taxa de pobreza<sup>43</sup> na Região 2 era de 9,55%, enquanto que no Paraná esse índice era de 6,7%, e no Brasil esse índice era de 15,2%, o que mostra que a região, embora em condição melhor que a média do país, apresenta um resultado pior ao do estado. De acordo com o relatório do IBGE daquele ano, em média, os índices de pobreza são maiores em municípios de porte médio ou pequeno<sup>44</sup>.

Este desafio também era percebido no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Região 2. Quando se considerava a expectativa de vida da população, o IDHM de longevidade do município melhor colocado da região, Cornélio Procópio, era de 0,848, ligeiramente maior que o do Paraná, 0,830, e maior que o do Brasil, que era de 0,816. Contudo, o IDHM de renda médio do mesmo município era de 0,746, valor menor que a média do estado, que era de 0,757, e acima da média do Brasil, 0,739.

O enfrentamento dos desafios associados à taxa de pobreza, às vulnerabilidades do IDHM de renda e à pouca oferta de capacitação técnica e científica, deverá encontrar no estabelecimento de políticas públicas a ampliação da presença de ativos de conhecimento e ativos tecnológicos aptos a fortalecer o capital humano e social da região. Tal medida pode levar ao fomento do empreendedorismo de oportunidade, possibilitando o nascimento de negócios inovadores na região.

Outro fator a ser considerado no enfrentamento desses desafios, é o estímulo ao desenvolvimento tecnológico da região, tanto no ambiente de instituições públicas quanto no ambiente privado, ou ainda o fomento do empreendedorismo inovador, por meio de ambientes promotores de inovação, tais como incubadoras, espaços *makers* e *coworking*, parque tecnológico, entre outros.

<sup>42</sup> Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

<sup>43</sup> Percentual da população com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo.

<sup>44</sup> Fonte: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14124-asi-indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-de-pobreza-e-maior-nos-municipios-de-porte-medio#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202010%20indica,2010%20\(R%24%20510\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14124-asi-indicadores-sociais-municipais-2010-incidencia-de-pobreza-e-maior-nos-municipios-de-porte-medio#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%202010%20indica,2010%20(R%24%20510)).

Com políticas públicas cocriadas com a região, aumentam as chances de atendimento das demandas regionais alinhadas ao Estado, além da perspectiva de redução da concentração de riqueza nos centros econômicos mais desenvolvidos. Além disso, um processo de cocriação de políticas pode fortalecer a permanência de jovens talentos por meio de oportunidades regionais, ampliando o sentimento de pertencimento, garantindo a geração e distribuição de riqueza para toda sociedade da região.

Também fica evidenciado que as questões de gênero continuam a influenciar a economia regional, urge o desenvolvimento de ações relacionadas ao tema para minimizar os efeitos danosos para a sociedade.

Outro ponto a ser analisado são as ações de desenvolvimento do empreendedorismo no território. É fundamental o planejamento de ambientes promotores de empreendedorismo inovador sustentável para melhorar a dinamização econômica da região e gerar oportunidade para jovens talentos se fixarem no território. Destaca-se a incubadora da UTFPR em Cornélio Procópio como um habitat de inovação indutor do empreendedorismo de oportunidade, que tem gerado startups de alcance nacional e internacional.

Na próxima seção, serão analisados indicadores relacionados à infraestrutura do território, destacando como elemento de comparação de desenvolvimento o alcance da telefonia móvel.

## 1.6 Infraestrutura

### Pontos de Atenção:

- Existe margem para melhorar as taxas de domicílios ligadas à rede de água abaixo da média estadual e nacional;
- Baixo índice de atendimento de domicílios com coleta de lixo (2010);
- Necessidade de aumento da cobertura de domicílios ligados à rede de esgoto que estava, em 2010, abaixo da média estadual e acima da nacional;
- O nível de densidade de telefonia móvel na região se encontra abaixo das médias estadual e nacional em todos os municípios da região, o que aponta a necessidade de um planejamento estratégico para uma parceria público-privada que possibilite ampliar essa cobertura, a qual se tornou indispensável neste século, seja para comunicação ou para produção;
- Domicílios com energia elétrica abaixo da estadual e igual a média nacional.

Finalizando as análises gerais da Região 2, esta seção apresenta um panorama a respeito de questões ligadas à infraestrutura. Compreende-se que a infraestrutura possibilita o desenvolvimento da região, pois abarca os serviços fundamentais como saneamento básico, transporte, energia elétrica, entre outros.

Dentre os itens fundamentais na infraestrutura de uma região, está a ligação de domicílios à rede de água, uma vez que tem impacto direto na saúde e qualidade de vida da população, podendo também ter influência no setor produtivo. Segundo dados de 2010, obtidos no momento de realização das oficinas, a ligação de domicílios à rede de água na Região 2 estava em 84,6%, que ficava abaixo do encontrado para o Paraná, e que, na mesma época, era de 87,2%. Para efeitos comparativos, no Brasil a taxa de domicílios urbanos ligados à rede de água era de 93,5%<sup>45</sup> no mesmo período. Elevar a taxa de domicílios ligados à rede de água também é um desafio a ser enfrentado na região, pois tal medida ajuda a reduzir a mortalidade infantil, ajuda

<sup>45</sup> Fonte: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-09-17/ibge-626-das-moradias-urbanas-tem-acesso-simultaneo-agua-esgoto-e-coleta-de-lixo>.

na saúde bucal, melhora a segurança alimentar e energética da população e do meio ambiente, podendo ter impactos positivos inclusive no setor produtivo da região.

Outro fator ligado à infraestrutura de uma região é a coleta de lixo. No caso da Região 2, em 2010, 73,5% dos domicílios eram atendidos por coleta de lixo. Este número ficava atrás da média estadual, que estava em 79,4%, e abaixo da média nacional que, no período considerado no momento da realização das oficinas, encontrava-se em 88,6%<sup>46</sup>. Neste caso, apesar de a média do país abrigar regiões em que a taxa de coleta era menor do que da Região 2, não se pode negar a necessidade de avanços neste item da infraestrutura, uma vez que a coleta e destinação adequada do lixo pode influenciar significativamente a qualidade de vida, preservação do meio ambiente, na produtividade e até na geração e riquezas.

Completando este diagnóstico voltado à infraestrutura de saneamento da região, destaca-se ainda a taxa de domicílios ligados à rede de esgoto. Os dados disponíveis no momento da realização das oficinas indicavam que, em 2010, 84,6% dos domicílios da Região 2 eram ligados à rede de esgoto (IPARDES, 2020). Assim como aconteceu no caso das redes de coleta de lixo e fornecimento de água, o resultado da região é inferior ao do estado, que ficou em 87,51%. A diferença aqui, é que o índice da Região 2 é superior à média nacional no mesmo período, que ficou em 67,1%<sup>47</sup>.

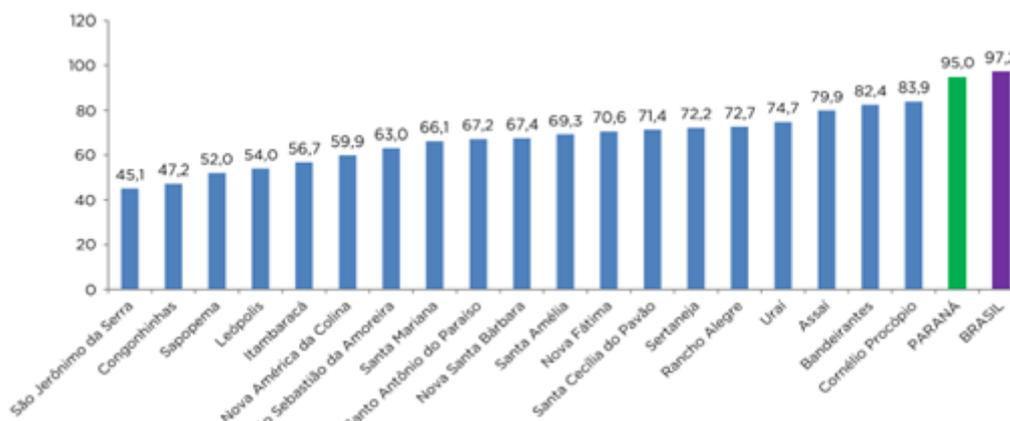
Mesmo estando acima da média nacional no último dos três indicadores, os resultados deste diagnóstico ressaltam a necessidade de projetos, investimentos e ações no setor de infraestrutura de saneamento básico, pois, como mencionado, os impactos tendem a se manifestar na qualidade de vida dos habitantes, no meio ambiente e no setor produtivo.

Ainda no contexto do diagnóstico de infraestrutura da Região 2, devem ser destacados indicadores ligados ao setor de comunicações e energia. Conforme dados do IPARDES, disponibilizados pelo PROGRAMA PARANÁ PRODUTIVO, em 2021, a densidade de acesso à telefonia móvel no Brasil era de 97,2 para cada 100 habitantes, enquanto no Paraná esse número chegou a 95,0 para cada 100 habitantes. Uma visão geral sobre a densidade de acesso à telefonia móvel na Região 2, no Paraná e no Brasil é apresentada no Gráfico 19. Na Região 2, nenhum município ficou acima da média nacional e nem da média estadual. Dois municípios da Região 2, São Jerônimo da Serra e Congonhinhas, possuem menos de 50% de acesso à telefonia móvel.

<sup>46</sup> Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/409496-politica-de-residuos-solidos-enfrenta-desafio-de-sair-do-papel/>.

<sup>47</sup> Fonte: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/saneamento-basico/595-proporcao-de-domicilios-com-e-sem-acesso-a-rede-de-esgoto-censo-demografico?filters=1,199>.

GRÁFICO 19 – Densidade de Telefonia Celular a Cada 100 Habitantes – Municípios da Região 2, Paraná e Brasil, 2020



FONTE: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, 2020. NOTAS: Dados de dezembro de 2020. A ANATEL publica mensalmente a quantidade de acessos no Brasil relativos aos principais serviços de telecomunicações, sendo que esses dados são fornecidos à ANATEL pelas próprias prestadoras de serviço. Os números de acessos por município para o serviço de telefonia móvel estão disponíveis somente a partir de janeiro de 2019.

Considerando que o período pós-pandemia de coronavírus revelou os novos cenários de acesso a sistemas de aprendizagem, novas dinâmicas de trabalho, novas ferramentas de compra, novas formas de interação com o sistema bancário e até novas de formas de comunicação com o sistema de saúde, o comportamento da densidade de acesso à telefonia móvel na Região 2 requer atenção. O desenvolvimento de projetos e investimentos para a ampliação da rede de telefonia móvel tende a auxiliar no desenvolvimento da região, podendo incrementar a atividade econômica, ajudar no enfrentamento de alguns desafios do sistema educacional e até influenciar na permanência de habitantes na região.<sup>48</sup>

Outro fator preponderante relacionado com a infraestrutura de uma região é o acesso à energia elétrica, pautando-se como um dos pilares da infraestrutura de uma região. Cidades e regiões mais desenvolvidas possibilitam acesso à energia para toda sociedade, seja em ambiente urbano, rural ou industrial. Nesse sentido, a parte final desta seção é dedicada a uma análise do acesso à energia elétrica na Região 2, particularmente nos estabelecimentos agropecuários.

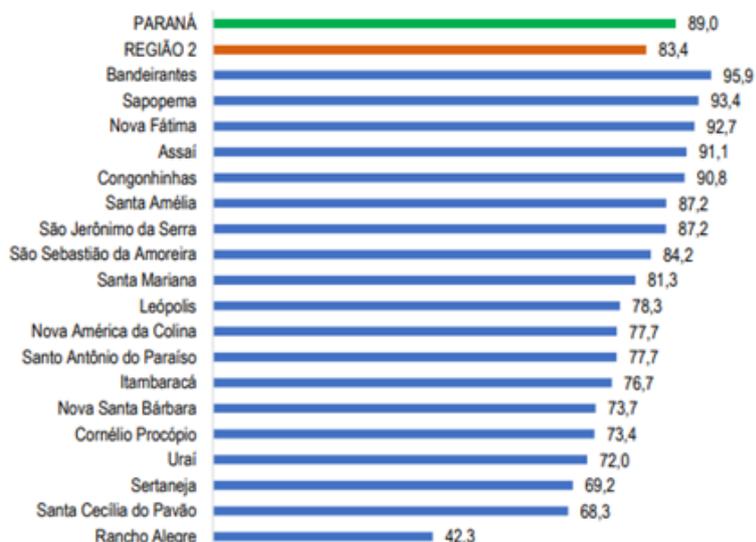
Dados do IBGE (Censo Agropecuário, 2017)<sup>49</sup> indicavam que, no período de realização das oficinas, o Paraná possuía 89,0% dos estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica. No Brasil, o percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica era de 83,5%<sup>50</sup>, ficando atrás da média do estado do Paraná. O Gráfico 20 apresenta o percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica na Região 2, em comparação com o Paraná.

<sup>48</sup> Foi observado no levantamento de dados que o estado carece de informações mais detalhadas relativas ao acesso às telecomunicações.

<sup>49</sup> Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

<sup>50</sup> Fonte: <http://www.historico2.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=100281&tit=Censo-Agro-Parana-tem-mais-propriedades-com-energia-e-internet-do-que-a-media-nacional>.

GRÁFICO 20 - Percentual de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica (%) - municípios, Região 2 e Paraná - 2017



FONTES: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Na Região 2, foram registrados 8.201 estabelecimentos e destes, 6.840 dispunham de acesso à energia elétrica, o que representa 83,4% do total da região, abaixo da média estadual e igual a nacional. Os municípios de Bandeirantes (95,9%), Sapopema (93,4%), Nova Fátima (92,7%), Assaí (91,1%) e Congonhinhas (90,8%) registraram a proporção maior que a média do estado. Já os municípios de Santa Amélia (87,2%), São Jerônimo da Serra (87,2%) e São Sebastião da Amoreira (84,2%) ficaram abaixo da média do Paraná e acima da Região 2. Os demais municípios ficaram abaixo da média da Região (Gráfico 20).

Projetos voltados ao desenvolvimento regional, focados na produtividade ou no desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário, devem contemplar uma ampliação da rede de acesso à energia elétrica, fortalecendo a qualidade de vida na região.

Conforme indicado ao longo desta seção, para além dos estabelecimentos agropecuários, faz-se necessário ampliar a industrialização dos produtos agrícolas locais; fortalecer a rede de saneamento básico e telecomunicações, em especial a internet no campo; promover fortalecimento do mercado local a partir de campanhas de valorização do comércio local e o fortalecimento dos produtos regionais.

Para que uma região promova a atratividade e fortaleça o bem-estar social, é condição mister a existência de uma boa infraestrutura, pois possibilita o desenvolvimento do empreendedorismo endógeno, assim como estimula a atração de investimentos e empreendimento. Além disso, uma boa infraestrutura fortalece a competitividade regional e amplia a possibilidade de retenção de talentos e a própria geração de empregos, estimulando o desenvolvimento social, econômico e ambiental da sociedade e do próprio território.

Como pode ser observado nesta seção, as questões básicas de infraestrutura da região, como parâmetros ligados ao saneamento, estavam abaixo da média estadual. Um ponto de atenção é que, como existem muitas propriedades rurais, essas podem ter contribuído de maneira negativa neste índice, colocando este indicador abaixo da média estadual.

A próxima seção diz respeito às considerações gerais acerca do território analisado à época.

## 1.7 Considerações Acerca da Região

Como observado ao longo deste relatório, a Região 2 possui uma economia fortemente voltada a uma produção agrícola, principalmente de alimentos como a noz (fruta seca). Além disso, a fruticultura é evidenciada, com uma produção expressiva de manga, abacate, uva e laranja. Existem ainda indústrias no setor alimentício, elétrico e mecânico com grande potencial para contribuir para o crescimento econômico da região.

A educação é a base do desenvolvimento territorial, e o diagnóstico apresentado neste relatório indica a necessidade de investimentos que fortaleçam os ativos de conhecimentos tecnológicos na Região 2, possibilitando a geração de oportunidades para que os jovens talentos tenham a "*oportunidade de ter a oportunidade de escolha*". Em relação aos indicadores de desempenho escolar, o planejamento integrado do estado do Paraná deverá fortalecer as ações para maior sucesso escolar e ampliação da permanência dos estudantes de nível superior, assim como os percentuais de pessoas com nível médio e superior. É mister compreender que no ensino superior existe uma necessidade de ampliação de vagas públicas, uma vez que a dominância está com a rede privada.

Em termos de infraestrutura, o diagnóstico apresentado no relatório indica uma demanda por projetos e investimentos voltados à ampliação das redes de água, esgoto e coleta de lixo na região. A melhoria na qualidade de vida das pessoas da região passa por uma melhoria no acesso à serviços médicos e odontológicos, inclusive na própria presença de profissionais da saúde. No caso da telefonia móvel, estima-se um crescimento no agronegócio com a introdução da agricultura 4.0 e com o 5G, tornando-se premente o desenvolvimento de ações que democratizem o acesso à telefonia móvel de qualidade, assim como de energia limpa e acessível, tanto nos meios urbanos quanto nos meios rurais.

O impacto de projetos, investimentos e melhoria da infraestrutura da região pode trazer resultados positivos na qualidade de vida dos habitantes, meio ambiente e produtividade.

Finalizando esse relatório da Região 2, compreende-se que o estímulo ao empreendedorismo inovador endógeno seja fundamental para o desenvolvimento do território. Desta forma, torna-se primordial o planejamento e execução de ambientes promotores de inovação, ou *habitats* de inovação, tais como: pré-incubadoras, incubadoras, aceleradoras, hubs de inovação, parques tecnológicos, entre outros. Tais ambientes podem contribuir para o estímulo do empreendedorismo de oportunidade, vinculados a uma política territorial de desenvolvimento em rede, com legislações que fomentem a inovação, conectadas com os atores do possível ecossistema de inovação, seja com os atores de conhecimento, fomento, governamental, empresarial, institucionais ou os próprios habitats de inovação.

Desta forma, este relatório pode conter distorções que poderão ser analisadas com o desenvolvimento do monitoramento dos pontos de atenção levantados ao longo deste documento. Cabe ao responsável pelo planejamento compreender os dados apresentados e desenvolver ações que fortaleçam a identidade do jovem com o território, minimizando o êxodo, fortalecendo os programas educacionais e gerando uma maior expectativa de equidade de gênero, assim como um maior número de profissionais da saúde que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da sociedade da Região 2.

O próximo capítulo discorre acerca das oficinas realizadas *in loco*, e mais uma vez destaca-se o momento em que foram realizadas, ou seja, trata-se de uma fotografia do momento.

## 2 OFICINAS REALIZADAS COM A REGIÃO 2 - CORNÉLIO PROCÓPIO

### 2.1 Oficina de Mobilização e Diagnóstico

A primeira oficina da Região 2 foi realizada no dia 30 de abril de 2021, com uma solenidade presencial no período da manhã e que contou com a presença do Secretário de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, Valdemar Bernardo Jorge, e autoridades da região. No período da tarde, a oficina ocorreu no formato virtual.

Neste dia, às 13h30, deu-se início a *Oficina de Mobilização e Diagnóstico da Região 2*, com acesso das atividades via plataforma do PROGRAMA PARANÁ PRODUTIVO. Sugeriu-se aos participantes que trouxessem palavras para expressar “*Quais eram suas expectativas para o dia de hoje?*”. Nesse contexto, os participantes responderam termos como: conhecimento, inovação, parceria e contribuição.

Em seguida, o especialista Júlio Suzuki, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), apresentou os dados referentes ao panorama socioeconômico da região, com o objetivo de instrumentalizar as discussões.

Dando continuidade, os participantes foram divididos em grupos para discutir sobre as demandas da região. Em cada grupo, uma liderança de algum dos municípios foi convidada para ser anfitriã, mediando assim as discussões e estimulando o protagonismo local. Nos grupos, foram discutidas as questões indicadas a seguir.



**O QUE A NOSSA REGIÃO JÁ FAZ BEM HOJE E COMO PODEMOS POTENCIALIZAR ISSO? COMO PODEMOS MELHORAR?**



**O QUE NOSSA REGIÃO NÃO FAZ E SERIA IMPORTANTE FAZER? O QUE TEMOS POTENCIAL PARA FAZER?**



**QUAIS AS EXTERNALIDADES NECESSÁRIAS PARA QUE EU CONSIGA FAZER AS MELHORIAS?**



**DEPOIS DAS DISCUSSÕES DAS PRIMEIRAS RODADAS QUAIS DEVEM SER OS PRINCIPAIS FOCOS DE INVESTIMENTO NA REGIÃO?**

A oficina contou com participação ativa dos agentes locais, que apresentaram diversas questões consideradas relevantes para o desenvolvimento regional. Ao final da atividade, os anfitriões fizeram relatos sobre a oficina, inclusive com elogios ao governo pela iniciativa, e ressaltaram os

aspectos positivos associados ao fato de o PROGRAMA PARANÁ PRODUTIVO ser construído junto com os atores locais.

Durante a *Oficina de Mobilização e Diagnóstico*, foi feito um trabalho coletivo de mapeamento das potencialidades da região, bem como de identificação de prioridades de investimento. A partir daí, foi possível sistematizar os temas que possuem maior aderência às necessidades de desenvolvimento da região, além de agrupar as demandas debatidas na oficina de acordo com os eixos prioritários estabelecidos pelo programa. Os resultados foram organizados de acordo com os eixos indicados a seguir.



*Agrupamento em temas divididos pelos eixos do Programa - Elaborado pela Paraná Projetos*

## a. Pessoas

### CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

- Capacitar atores locais (equipe técnica municipal, produtores, empresários, turismo), inclusive para a captação de recursos estaduais e federais destinados a projetos
- Investir em capacitação especializada/técnica dos municípios (integrar, absorver custos regionais existentes)
- Fortalecer o cooperativismo
- Investir em capacitação especializada
- Investir em educação no ensino fundamental (informática, idiomas)
- Investir na educação empreendedora (mostrar as oportunidades para jovens no campo) e *marketing* (oportunidades e ativos da região)
- Reduzir a evasão escolar na rede estadual de ensino (com participação ativa da SEED)
- Profissionalização na agricultura familiar: treinamentos de venda, pós venda, *marketing*, agregação de valor, composição de preço

### CURSOS SUPERIORES

- Criar/implantar curso de medicina em Cornélio Procópio e hospital universitário
- Criar curso de graduação em turismo

## b. Infraestrutura

### REQUALIFICAÇÃO URBANA

- Investir em paisagismo, limpeza pública e organização para promover o turismo

### SERVIÇOS BÁSICOS

- Investir em infraestrutura rural (conectividade, energia elétrica e outros)
- Investir em conectividade (internet livre, 100% de cobertura rural e urbana)
- Investir em geração de energia (fontes renováveis regionais)
- Investir em infraestrutura urbana (saneamento básico, conectividade, iluminação pública, telefonia, energia elétrica e outros)
- Investir em saneamento básico nos municípios de pequeno porte

### LOGÍSTICA

- Investir em estradas rurais
- Investir em infraestrutura urbana - pavimentação
- Investir em parque de máquinas municipais (para manutenção de estradas urbanas e rurais)
- Investir na malha viária
- Investir em infraestrutura de acessibilidade para trilhas e cachoeiras no turismo de aventura (para portadores de necessidades especiais, idosos)

### c. Sistemas Produtivos

INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO  
E SERVIÇOS

- Inovar na cadeia produtiva (agregar valor aos produtos)
- Articular uma maior integração entre academia e empresas, para um melhor desempenho empresarial

TURISMO

- Fortalecer o turismo rural (gastronômico e cultural)
- Fortalecer o turismo relacionado às áreas naturais
- Investir no turismo integrando a academia-empresa-cadeia do turismo
- Desenvolver fortemente o turismo local e rural, principalmente nos municípios que não possuem parque industrial
- Fomentar/implementar empreendedorismo (hotelaria, transporte, gastronomia)
- Promover ações de educação ambiental: fomento ao ecoturismo, consciência ambiental, ações com as crianças, sociedade local, dos bairros e a comunidade da zona rural

INOVAÇÃO

- Fomentar Startups (Fundo perdido)
- Inovação aberta (estimular o empreendedorismo em todas as fases, desde a pré-ideia até a escalação)

AGROPECUÁRIA

- Criar oportunidades de agronegócio (beneficiamento de produtos e acesso ao crédito)
- Fortalecer a agricultura familiar
- Fortalecer a cadeia da agroindústria, agregando valor na própria região
- Viabilizar o acesso ao crédito para agricultura familiar: abertura de crédito, melhoras na política de juros dos créditos, para que as indústrias possam ter acesso aos agricultores familiares
- Promover a integração campo-cidade (para melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural)

#### d. Governança e Gestão

##### GOVERNANÇA E GESTÃO

- Promover o trabalho consorciado nos municípios
- Revisar a política de cobrança e o valor do pedágio na região
- Elaborar estratégias e planejamento de desenvolvimento regional e municipal (integração consorciada entre municípios de temas transversais)
- Investir em políticas públicas de fortalecimento de ações empresa-escola
- Promover a divulgação institucional da região por meio de sites, aplicativos e vídeos institucionais

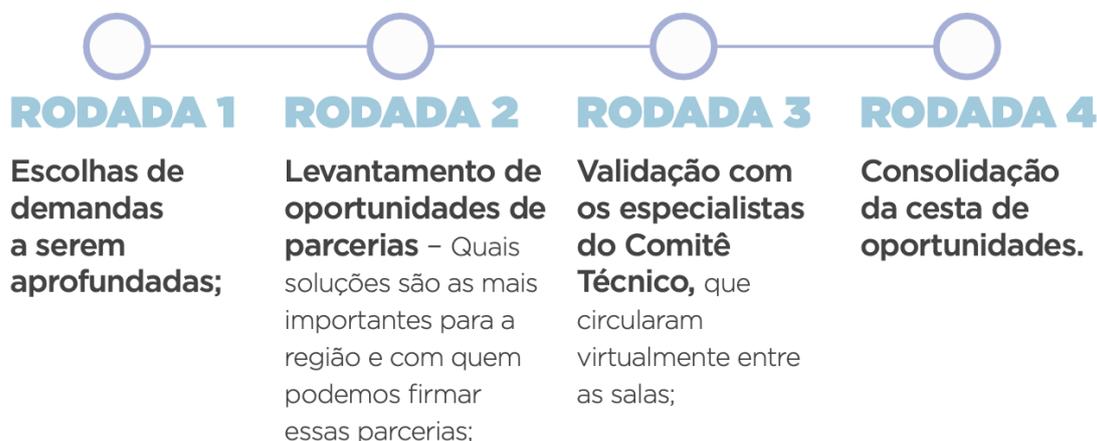
### 2.2 Oficina de Oportunidades de Parcerias

A *Oficina de Oportunidades de Parcerias da Região 2* foi realizada no dia 13 de julho de 2021, no período da tarde, das 13h30 às 17h30. A condução e facilitação da oficina, realizada com o assessoramento de consultoria especializada, permitiu o engajamento e a participação dos atores locais e regionais, criando um ambiente para discussões e empoderamento.

O Comitê Técnico Interinstitucional identificou iniciativas do governo do estado e de instituições parceiras do programa, que poderiam contribuir para a implementação das ações prioritárias dos planos regionais e que serviriam de suporte para essa próxima etapa do Programa Paraná Produtivo.

Durante a *Oficina de Oportunidades de Parcerias da Região 2*, via plataforma do Programa Paraná Produtivo, foi realizada a apresentação das oportunidades de parcerias levantadas para a região. Esta atividade foi realizada em plenária com o especialista Thiago de Angelis, da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL), e especialistas do Comitê Técnico Interinstitucional.

Em seguida, os participantes foram divididos em grupo para a construção da *Cesta de Oportunidade da Região*, feita em quatro momentos:

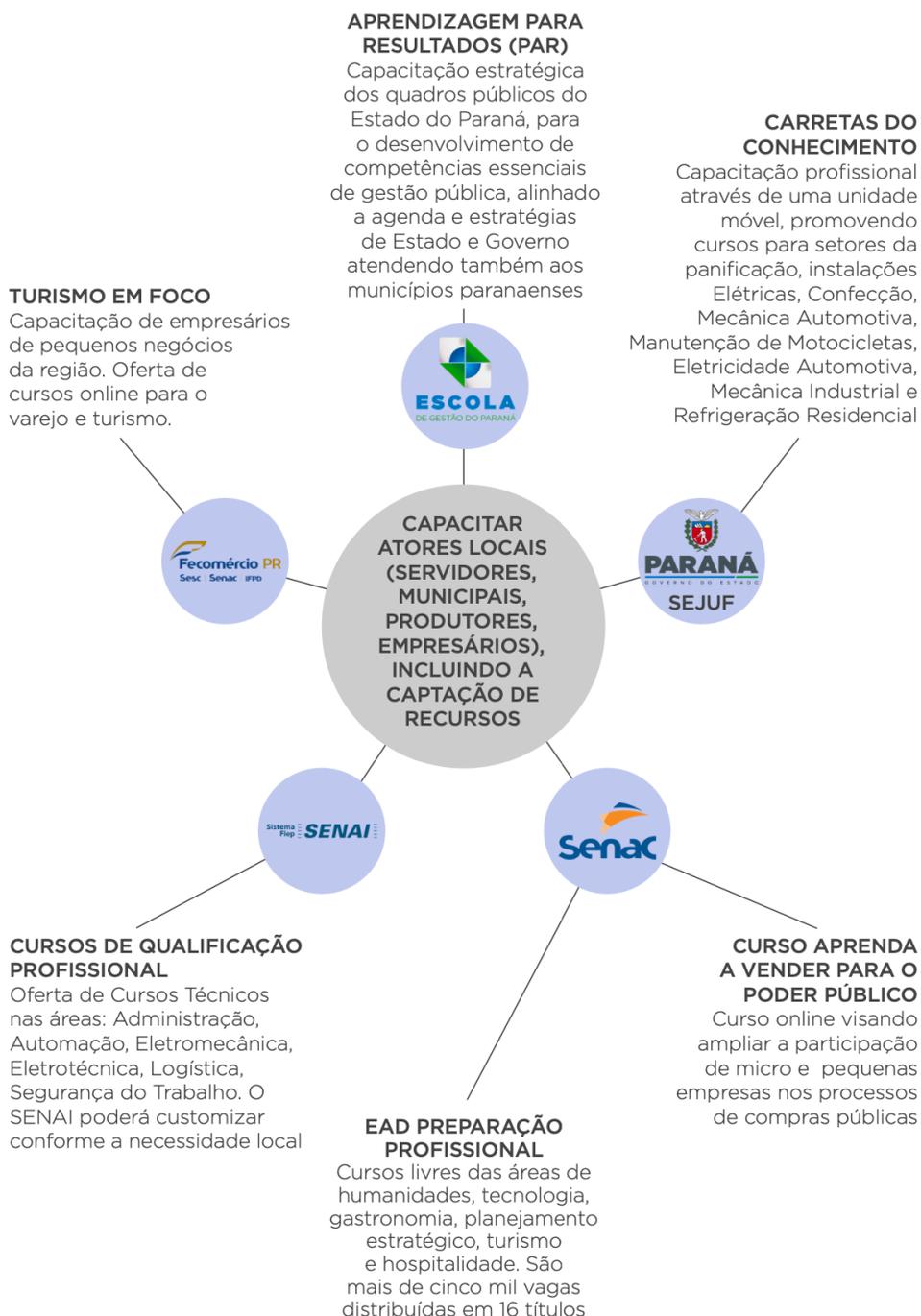


Durante a Oficina de Oportunidades de Parcerias, os participantes, com o auxílio do Comitê Técnico Interinstitucional, buscaram soluções que melhor atendessem as demandas

identificadas como importantes para o desenvolvimento da região, de acordo com os eixos de organização do programa, como indicados a seguir.

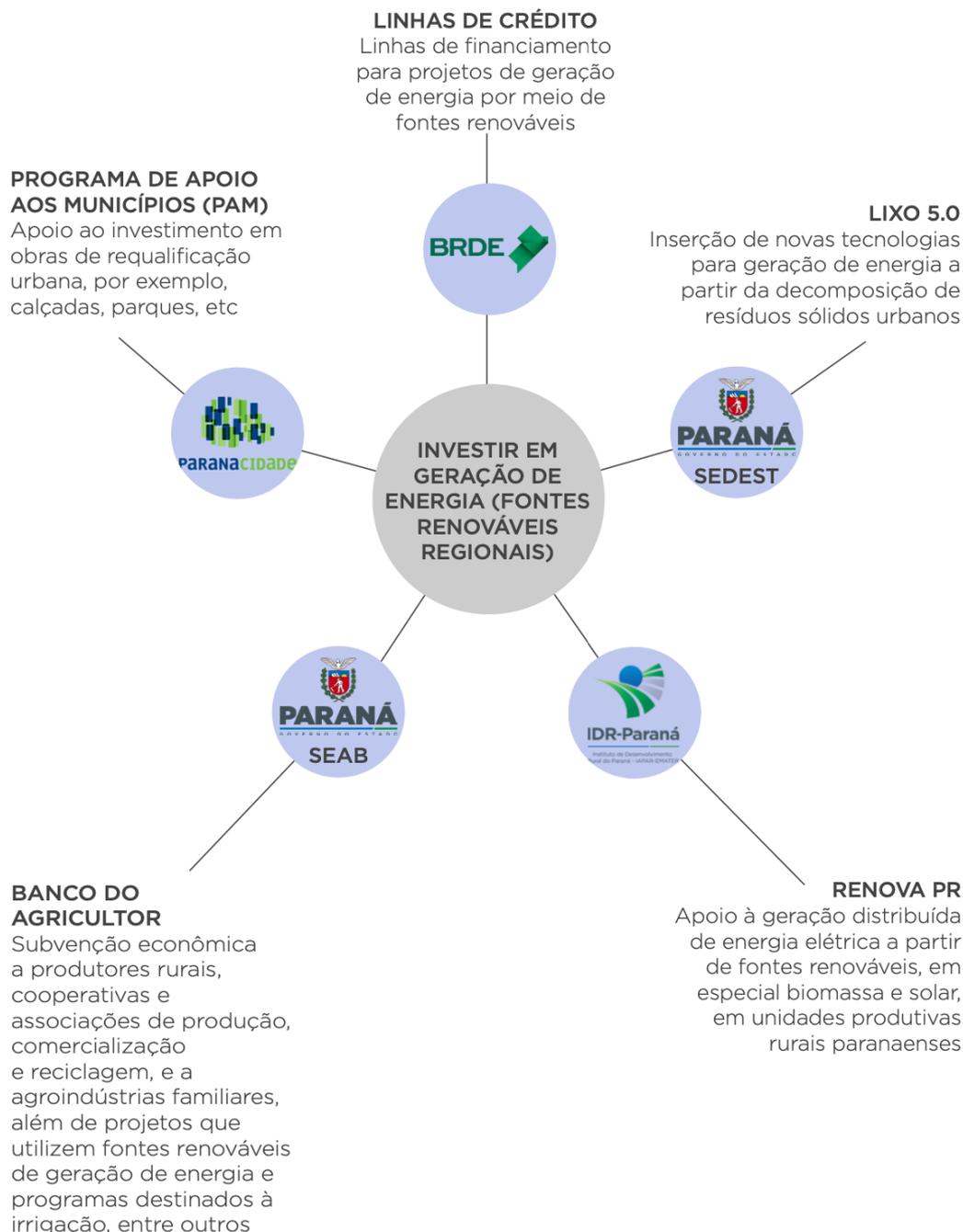
### a. Pessoas

No que se refere ao eixo *Pessoas*, os participantes da Oficina de Oportunidades de Parcerias demandaram uma atuação voltada à capacitação dos atores locais e regionais, especificamente para um aumento da captação de recursos para o desenvolvimento de projetos. As instituições identificadas como potenciais parcerias em ações integradas, SENAC, SENAI, SEJUF e Escola de Gestão, possuem cursos de qualificação e formação nas mais diversas áreas.



O Programa Turismo em Foco, da FECOMÉRCIO – PR, também foi levantado como um potencial programa que poderia colaborar no atendimento da demanda relacionada.

## b. Infraestrutura



Como exemplo de demanda para o eixo *Infraestrutura*, foi apontada a necessidade de investimentos na geração de energias renováveis. Foram identificados programas e instituições com potencial para o desenvolvimento de soluções voltadas ao atendimento desta demanda, com iniciativas classificadas em dois grupos: a) iniciativas de impacto direto, como o Programa Lixo 5.0 (SEDEST) e o Programa Renova PR (IDR); e b) iniciativas de impacto indireto, como o Banco do Agricultor (SEAB), o Programa de Apoio aos Municípios - PAM (SEDU/ PARANACIDADE) e Linhas de Crédito do BRDE.

O Programa Lixo 5.0 busca a inserção de novas tecnologias para a geração de energia a partir da decomposição de resíduos sólidos urbanos. Já o Programa Renova Paraná atua no estímulo à geração de energia a partir de fontes como biomassa e energia solar nas propriedades rurais.

Paralelamente a estes programas, as fontes de financiamento citadas (Banco do Agricultor, PAM e Linhas de Crédito BRDE) podem subsidiar a implantação de estruturas geradoras de energias renováveis sendo, portanto, importantes instrumentos de apoio para suprir os anseios da região neste eixo.

### c. Sistemas Produtivos



No exemplo relacionado ao eixo *Sistemas Produtivos*, verificou-se uma ênfase no fortalecimento da agricultura familiar. Nesse caso, com o foco de investimentos em produtos diferenciados, incluindo o turismo rural.

As oportunidades de parceria que podem contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar estão relacionadas a soluções que impulsionam a extensão e capacitação, tais como o Programa de Fruticultura do IDR e o Selo de Alimentos do Sebrae.

No mesmo contexto, podem ser consideradas as soluções que contribuem para a melhoria do processo de produção, por meio de financiamento para modernização e ampliação das capacidades produtivas, como os Programas Trator, Implementos e Equipamentos Agrícolas Solidários, além do Banco do Agricultor (IDR/BRDE/ Fomento PR).

Complementarmente, identificam-se as soluções relacionadas ao acesso a mercados, como o Programa Compra Direta (SEAB/IDR), o programa Vocações Regionais Sustentáveis (Invest Paraná) e o Programa Coopera Paraná (SEAB/IDR), que pode contribuir para a qualificação da gestão de cooperativas e associações de agricultores familiares.

#### **d. Governança e Gestão**

No eixo *Governança e Gestão*, os participantes indicaram como uma importante demanda o investimento em políticas públicas para fortalecimento de ações empresa-escola. Para tanto, identificou-se que a estrutura das agências regionais de inovação (AGEUNI) podem contribuir para esse intento, em convergência com as iniciativas de desenvolvimento dos ecossistemas regionais de inovação, do SEBRAE e da Fundação Araucária.

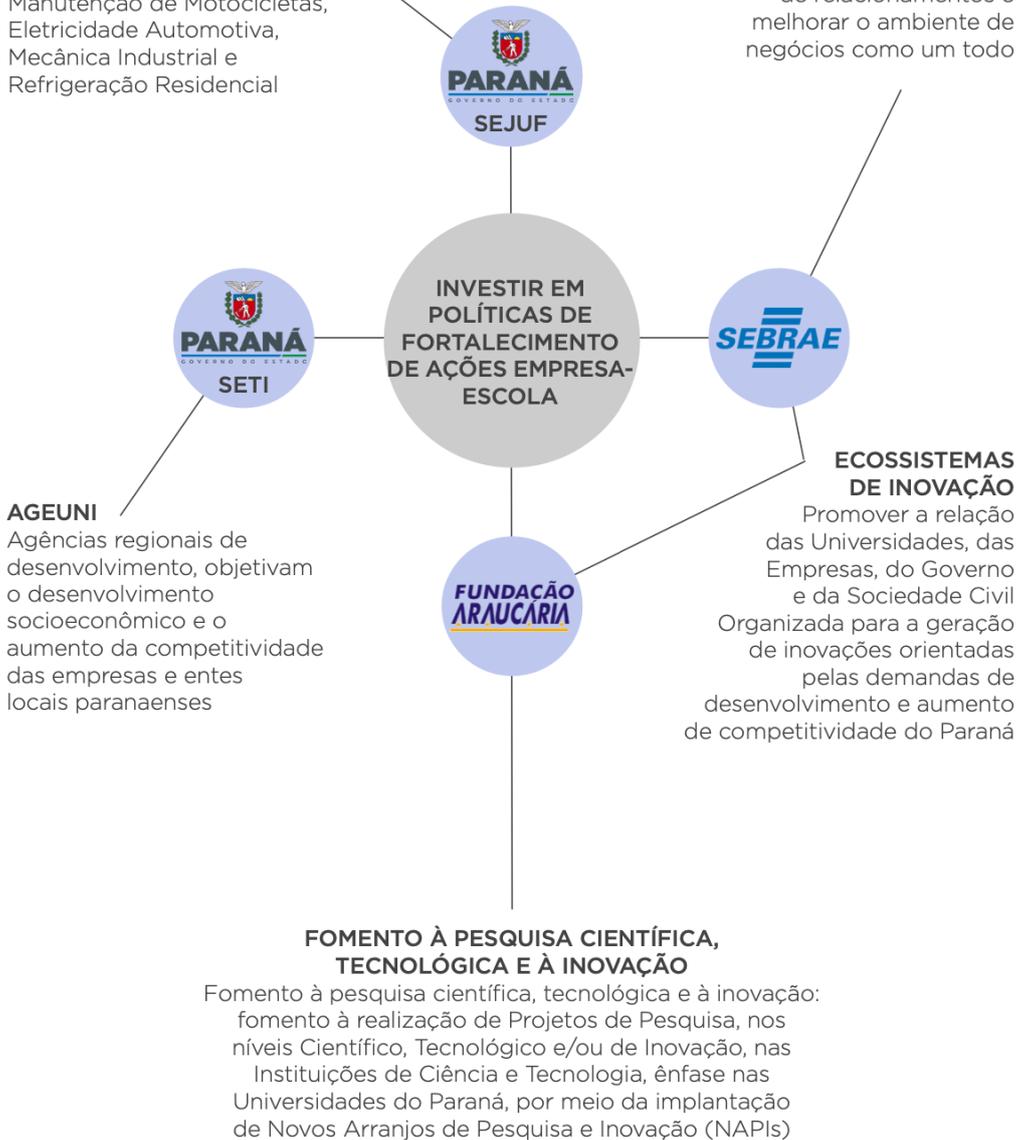
As iniciativas relacionadas aos hubs de inovação, desenvolvidas pelo SENAI, também convergem com as necessidades levantadas no eixo *Governança e Gestão*.

**CARRETAS DO CONHECIMENTO**

Capacitação profissional através de uma unidade móvel, promovendo cursos para setores da panificação, instalações Elétricas, Confeção, Mecânica Automotiva, Manutenção de Motocicletas, Eletricidade Automotiva, Mecânica Industrial e Refrigeração Residencial

**CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS**

Tem como objetivo preparar as pessoas para exercerem a liderança, ajudar na construção de relacionamentos e melhorar o ambiente de negócios como um todo



**2.3 Oficina de Priorização**

Com o objetivo de otimizar a alocação de recursos, a Oficina de Priorização procurou ranquear as demandas que precisam de maior atenção. Na Região 2, a oficina ocorreu de forma remota no dia 30 de setembro, das 13h30 às 17h30. Separados em grupos, os participantes discutiram coletivamente quais seriam as cinco ações de cada eixo que deveriam ser priorizadas para o desenvolvimento regional. Os resultados estão apresentados nos quadros mostrados a seguir.

## a. Pessoas

No eixo *Pessoas*, a questão da qualificação profissional foi considerada fundamental em todas as ações priorizadas.

**Investir na educação empreendedora (mostrar oportunidades para jovens no campo) e marketing (oportunidades e ativos da região)**



TEMA: Capacitação e Formação  
OPORTUNIDADES: 8  
TEMPO: Curto



**Profissionalizar a agricultura familiar: treinamentos de venda, pós venda, marketing, agregação de valor, composição de preço**



TEMA: Capacitação e Formação  
OPORTUNIDADES: 4  
TEMPO: Curto



**Capacitar atores locais (equipe técnica municipal, produtores, empresários, turismo), inclusive para a captação de recursos estaduais e federais destinados a projetos**



TEMA: Capacitação e Formação  
OPORTUNIDADES: 5  
TEMPO: Curto



**Implantar curso de medicina (em Cornélio Procópio) e hospital universitário**



TEMA: Cursos Superiores  
OPORTUNIDADES: 2  
TEMPO: Curto



**Fortalecer o cooperativismo (treinamento, capacitação, profissionalização)**



TEMA: Capacitação e Formação  
OPORTUNIDADES: 3  
TEMPO: Curto



## b. Infraestrutura

No eixo *Infraestrutura*, as questões relacionadas a transporte, saneamento básico e geração de energia foram consideradas fundamentais.

### Investir em estradas rurais



TEMA: Logística  
OPORTUNIDADES: 5  
TEMPO: Curto



### Investir em infraestrutura rural (conectividade, energia elétrica, outros)



TEMA: Serviços básicos  
OPORTUNIDADES: 4  
TEMPO: Médio



### Investir em infraestrutura de saneamento básico nos municípios de pequeno porte



TEMA: Serviços básicos  
OPORTUNIDADES: 4  
TEMPO: Curto



### Investir em infraestrutura urbana - pavimentação: Estrada do Norte, conexão com Apucarana e sobreposição do rio Tibagi



TEMA: Logística  
OPORTUNIDADES: 2  
TEMPO: Curto



### Investir em geração de energia (fontes renováveis regionais)



TEMA: Serviços básicos  
OPORTUNIDADES: 4  
TEMPO: Médio



### c. Sistemas Produtivos

No eixo *Sistemas Produtivos*, os destaques foram o desenvolvimento de startups, o fortalecimento da agricultura familiar e o acesso ao crédito.

**Estimular o empreendedorismo em todas as fases, desde a pré ideia até a escalação: Inovação aberta**



TEMA: Inovação  
OPORTUNIDADES: 6  
TEMPO: Curto  
★★★★★

**Fortalecer a agricultura familiar**



TEMA: Agropecuária  
OPORTUNIDADES: 5  
TEMPO: Curto  
★★★★★

**Promover ações de educação ambiental (fomento ao ecoturismo, consciência ambiental, ações com as crianças, sociedade local, dos bairros e a comunidade da zona rural)**



TEMA: Turismo  
OPORTUNIDADES: 0  
TEMPO: Curto  
★★★★★

**Viabilizar o acesso ao crédito para agricultura familiar: abertura de crédito, melhoras na política de juros dos créditos, para que as indústrias possam ter acesso aos agricultores familiares**



TEMA: Agropecuária  
OPORTUNIDADES: 4  
TEMPO: Curto  
★★★★★

### Fomentar StartUps (Fundo perdido)



TEMA: Inovação  
OPORTUNIDADES: 2  
TEMPO: Curto  
★★★★★

#### d. Governança e Gestão

No eixo *Governança e Gestão*, as discussões dos grupos destacaram temas como a necessidade de promover os consórcios municipais.

#### Promover o trabalho consorciado nos municípios



TEMA: Governança e Gestão  
OPORTUNIDADES: 0  
TEMPO: Curto



#### Revisar a política de cobrança e o valor do pedágio na região



TEMA: Governança e Gestão  
OPORTUNIDADES: 0  
TEMPO: Curto



#### Investir em políticas públicas de fortalecimento de ações empres-escola



TEMA: Governança e Gestão  
OPORTUNIDADES: 4  
TEMPO: Curto



Em todos os quadros estão presentes, além da informação relativa à ação, o tema ao qual se conecta, o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado, as parcerias possíveis para sua efetivação e a perspectiva de tempo para execução.

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL



**OFICINA**  
**DIAGNÓSTICO**  
**30/04/21**

**OFICINA**  
**OPORTUNIDADES**  
**DE PARCERIAS**  
**13/07/21**

**OFICINA**  
**PRIORIZAÇÃO**  
**30/09/21**

### 3. ANÁLISE DOS DESAFIOS PRIORIZADOS EM RELAÇÃO AO DIAGNÓSTICO

Na oficina de priorização os participantes das regiões elegeram 5 prioridades de cada Eixo, que foram classificadas com estrelas de forma decrescente.

No Eixo **Pessoas**, a qualificação profissional apareceu de forma significativa. As cinco prioridades elencadas foram:

- a) investir na educação empreendedora (mostrar oportunidades para jovens no campo) e marketing (oportunidades e ativos da região);
- b) profissionalizar a agricultura familiar: treinamentos de venda, pós-venda, marketing, agregação de valor, composição de preço;
- c) capacitar atores locais (equipe técnica municipal, produtores, empresários, turismo) inclusive para a captação de recursos estaduais e federais, destinados a projetos;
- d) implantar o curso de medicina (em Cornélio Procópio) e hospital universitário;
- e) fortalecer o cooperativismo (treinamento, capacitação, profissionalização).

Os dados do relatório mostraram alguns pontos de atenção importantes na questão educacional da Região 2, o que justifica a preocupação com a qualificação no Eixo Pessoas, presente nas cinco prioridades do Eixo. Em 20 dos 37 municípios da região, não foram registradas matrículas públicas no ensino profissionalizante. Para atender a prioridade de investir na educação empreendedora, profissionalizar a agricultura familiar e capacitar atores locais, como foi indicado na oficina, é preciso desenvolver projetos que melhorem este indicador.

Outro ponto de atenção relacionado às prioridades, e aos dados do diagnóstico, é que o ensino superior na região é majoritariamente privado, e o estado poderia avaliar a possibilidade de ampliar o atendimento público e gratuito, com objetivo de atender as demandas priorizadas.

No Eixo **Infraestrutura** foram priorizados:

- a) investir em estradas rurais;
- b) investir em infraestrutura rural (conectividade, energia elétrica, outros);
- c) investir em infraestrutura de saneamento básico nos municípios de pequeno porte;
- d) investir em infraestrutura urbana – pavimentação: Estrada do Norte, conexão com Apucarana e sobreposição do rio Tibagi;
- e) investir em geração de energia (fontes renováveis regionais).

Nas ações de infraestrutura que estão dentro do planejamento do Estado para o quadriênio, já está presente a duplicação entre Cornélio Procópio e Ourinhos, que melhorará o acesso e a logística da região, impactando conseqüentemente os demais setores econômicos.

Os dados dos relatórios mostraram que as taxas de domicílios ligados a rede de água, de esgoto na região, estavam abaixo das médias estaduais e nacionais, e também, que o nível de domicílios com coleta de lixo era baixo. O que vai de encontro com a prioridade levantada na oficina, de investir em infraestrutura de saneamento básico.

Existem iniciativas para facilitar o acesso às energias renováveis, como por exemplo, o Programa InovaPR, que disponibiliza linhas de financiamento e equalização de taxas de juros que incentivam a implantação de tecnologias de geração e uso de energias renováveis. A seleção dos projetos é feita pelo IDR, e os projetos beneficiam majoritariamente propriedades rurais.

Em relação à conectividade, os dados mostraram que a densidade de telefonia celular a cada 100 habitantes era 95 no Paraná, enquanto na região, Cornélio Procópio, a cidade com a maior densidade apresentava o número de 83,9. Nesse sentido, ainda falta ampliar o acesso aos telefones celulares de forma significativa dentro dos municípios para alcançar a média do estado, demonstrando que a prioridade de investir em conectividade na área rural ainda é uma lacuna a ser suprida.

No Eixo **Sistemas Produtivos**, a agricultura familiar esteve entre as demandas priorizadas. Foram elas:

- a) estimular o empreendedorismo em todas as fases, desde a pré-ideia até a escalação: Inovação aberta;
- b) fortalecer a agricultura familiar;
- c) promover ações de educação ambiental (fomento ao ecoturismo, consciência ambiental, ações com as crianças, sociedade local, dos bairros e a comunidade da zona rural);
- d) viabilizar o acesso ao crédito para agricultura familiar: abertura de crédito, melhoras na política de juros dos créditos, para que as indústrias possam ter acessos aos agricultores familiares;
- e) fomentar *Startups* (Fundo Perdido).

Analisando as prioridades, é possível notar que três temas se destacam, o empreendedorismo, a agricultura familiar e a inovação. Tais prioridades estão de acordo com os dados apresentados no relatório, que mostram que a Região 2 possui atividades econômicas diversificadas, mas com destaque para a agricultura familiar e o agronegócio. O PIB per capita da região se encontra abaixo da média estadual e nacional, demonstrando que o incentivo ao empreendedorismo, como prioridade, pode colaborar para a promoção da geração de riqueza na região e da melhora destes indicadores.

A agricultura familiar geralmente é desenvolvida em pequenas propriedades e a promoção de políticas que possam potencializá-la também podem corroborar com a melhora da questão da desigualdade social. Segundo os dados do relatório, já citados anteriormente, no Paraná apenas 10 municípios concentram 53% do PIB do Estado (2019).

Associada a questão da agricultura familiar, existe potencial na região para o desenvolvimento do ecoturismo, tema que foi destacado como prioridade e que possui ativos no território como a Rota do Rosário, que explora o turismo religioso, a Rota do café, um atrativo histórico, e a Represa Capivara, com potencial de ser um atrativo recreativo.

A indicação da prioridade de desenvolvimento de inovação converge com iniciativas que existem na região promovidas pela incubadora da UTFPR em Cornélio Procópio, que constitui um *habitat* de inovação e tem mostrado resultados concretos e positivos, como a geração de *Startups*.

No Eixo **Governança e Gestão**, apenas três prioridades foram elencadas:

- a) promover o trabalho consorciado nos municípios;
- b) revisar a política de cobrança e o valor do pedágio na região;
- c) investir em políticas públicas de fortalecimento de ações empresas-escola.

Das prioridades de governança e gestão, a organização e o fortalecimento do Conselho Gestor Regional podem colaborar para a auto-organização das pautas apresentadas. A revisão da política de cobrança e o valor do pedágio é um tema que está sendo atendido pelo Governo do Estado através na nova política de concessão.

Após a oficina de priorização, houve uma reunião para decidir quais seriam as prioridades que articulariam os temas levantados. Nesta região foram escolhidos o Fomento ao desenvolvimento de um ecossistema de inovação e o Fomento ao turismo e ecoturismo. Ambos com grande potencial para o desenvolvimento de projetos regionais.

### 3.1 Considerações e síntese dos levantamentos do diagnóstico socioeconômico e da oficina de mobilização

EIXO PESSOAS		
PRINCIPAIS PONTOS		CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• IDEB do Ensino Médio abaixo da meta;</li> <li>• Distorção idade-série elevada e predominantemente masculina;</li> <li>• Déficit da estrutura de ensino profissionalizante;</li> <li>• Baixa proporção de trabalhadores com nível superior;</li> <li>• Taxa de mortalidade infantil superior à média do Paraná;</li> <li>• Falta de médicos em muitos municípios da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação de trabalhadores;</li> <li>• Redução da evasão escolar na rede estadual de ensino;</li> <li>• Criação de curso de medicina e instalação de hospital universitário;</li> <li>• Promoção do empreendedorismo;</li> <li>• Criação de curso de turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A melhoria dos indicadores educacionais entre jovens e adolescentes exige uma abordagem multidimensional, incluindo monitoramento contínuo do desempenho escolar individual, aconselhamento para evitar a maternidade precoce, acesso dos estudantes com necessidades especiais e redimensionamento do transporte público escolar, entre outros. Sugere-se que essas questões sejam abordadas no Plano de Desenvolvimento Regional.</li> <li>• O avanço qualitativo na esfera da Educação Básica é pré-condição para a promoção da capacitação dos trabalhadores, incluindo o empreendedorismo;</li> <li>• Pleitos quanto à criação de novos cursos universitários, no âmbito do sistema público, exige articulação com as instâncias federal e estadual;</li> <li>• Carências de determinados profissionais da saúde devem ser enfrentadas à luz da limitada capacidade fiscal dos municípios de elevar as despesas correntes, exigindo, por conseguinte, proposições de natureza financeira;</li> <li>• Determinantes da taxa de mortalidade infantil superior à média estadual, e as propostas para o enfrentamento dessa questão, devem ser abordados no Plano de Desenvolvimento Regional.</li> </ul>

<b>EIXO INFRAESTRUTURA</b>		
<b>PRINCIPAIS PONTOS</b>		<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>
<b>DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO</b>	<b>OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água abaixo da média estadual;</li> <li>• Necessidade de aumento da cobertura de domicílios ligados à rede de esgoto;</li> <li>• Baixa abrangência da telefonia móvel, sendo sugerida parceria público-privada para o aumento da cobertura;</li> <li>• Proporção de domicílios com energia elétrica menor que a média estadual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento em conectividade rural e urbana;</li> <li>• Investimento em energia renovável;</li> <li>• Ampliação da infraestrutura urbana (iluminação pública, pavimentação, saneamento, etc);</li> <li>• Inversões em estradas rurais e acessos a trilhas, cachoeiras e outros para a promoção do turismo de aventura;</li> <li>• Investimentos em parques de máquinas municipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universalização do saneamento é mais difícil em municípios menos adensados em termos demográficos e com elevada população rural. Sugere-se, no Plano de Desenvolvimento Regional, propostas de modelo de financiamento que compense, pelo menos parcialmente, o difícil retorno econômico;</li> <li>• Investimento em energia renovável requer aderência a planos estaduais e/ou federais;</li> <li>• Investimentos em infraestrutura urbana contam com apoio do Governo Estadual, inclusive para a elaboração de projetos;</li> <li>• Igualmente, melhoria de estradas rurais conta com apoio do Governo do Estado do Paraná;</li> <li>• Para investimentos em capital fixo, como parque de máquinas, podem ser consultados órgãos/entidades do Estado.</li> </ul>

EIXO SISTEMAS PRODUTIVOS		
PRINCIPAIS PONTOS		CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Terciário é o setor mais representativo em termos de emprego e PIB;</li> <li>• Há espaço para adensamento da cadeia do café;</li> <li>• A região apresenta potencial turístico;</li> <li>• Valor Adicionado Fiscal (VAF) Industrial por estabelecimento é mais baixo que a média do Estado;</li> <li>• Diferença salarial entre homens e mulheres é maior que a média do Estado e do País.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo à inovação;</li> <li>• Promoção do turismo rural e de aventura;</li> <li>• Fomento de startups;</li> <li>• Fomento do empreendedorismo (hotelaria, transporte e gastronomia);</li> <li>• Integração academia-empresa;</li> <li>• Agregação de valor à produção primária;</li> <li>• Melhoria do acesso da agricultura familiar ao crédito.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inovação e startups exigem discussão do nível de participação dos entes públicos e privados, considerando que já há, por exemplo, incentivos por parte do poder público, como em crédito, e experiência de entidades de classe. Arranjo institucional necessário precisa ser abordado no Plano de Desenvolvimento, levando em conta que intervenções verticais meramente públicas são inviáveis.</li> <li>• Promoção do empreendedorismo conta com serviços oferecidos por entidades privadas, como as do Sistema S;</li> <li>• Da mesma forma, há ações em curso de integração da academia às empresas (SETI, CIEE, etc.);</li> <li>• Regularização fundiária é importante ação do Governo do Estado no sentido da concessão de título de propriedade e, conseqüentemente, do acesso ao crédito (Pronaf). Estrutura de ATER pode contribuir na agregação de valor à produção primária.</li> </ul>

EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO		
PRINCIPAIS PONTOS		CONSIDERAÇÕES SOBRE OS LEVANTAMENTOS E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO	OFICINA DE MOBILIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (PRIORIDADES APONTADAS)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Dados sobre as estruturas e os resultados em educação e saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção do trabalho consorciado nos municípios;</li> <li>Revisão da política de cobrança do pedágio na região;</li> <li>Investimento em políticas públicas de fortalecimento de ações empresas-escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consórcios municipais são interessantes devido aos ganhos de escala obtidos e ao menor trabalho burocrático. Plano de Desenvolvimento pode abordar questões relativas à promoção de consórcios municipais;</li> <li>Discussões sobre o pedágio envolvem também o Governo Federal, além das concessionárias;</li> <li>Consulta à Seti pode ser feita para a questão da empresa-escola;</li> <li>Sugere-se estudo, no âmbito do Plano de Desenvolvimento, sobre as finanças municipais, de modo a propor ajustes para uma maior margem para desembolsos correntes.</li> </ul>

### 3.2 Convergência das prioridades regionais com os Programas do Governo do Estado do Paraná

EIXO	PRIORIDADE	ARTICULAÇÃO COM O PPA 2024-2027 DO ESTADO DO PARANÁ?	EM CASO POSITIVO, COM QUAL PROGRAMA DO PPA DO ESTADO?	NOME DO PROGRAMA	EXIGE ARTICULAÇÃO COM A INICIATIVA PRIVADA?
<b>PESSOAS</b>	INVESTIR NA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA (MOSTRAR OPORTUNIDADES PARA JOVENS NO CAMPO) E MARKETING (OPORTUNIDADES E ATIVOS DA REGIÃO)	SIM	32	EDUCAÇÃO: TRANSFORMA PARANÁ	SIM
	PROFISSIONALIZAR A AGRICULTURA FAMILIAR: TREINAMENTOS DE VENDA, PÓS-VENDA, MARKETING, AGREGAÇÃO DE VALOR, COMPOSIÇÃO DE PREÇO	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	CAPACITAR ATORES LOCAIS (EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL, PRODUTORES, EMPRESÁRIOS, TURISMO) INCLUSIVE PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS E FEDERAIS, DESTINADOS A PROJETOS	SIM	36	TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	SIM
	IMPLANTAR O CURSO DE MEDICINA (EM CORNÉLIO PROCÓPIO) E HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	SIM	34	UNIVERSIDADE E SOCIEDADE	SIM
	FORTALECER O COOPERATIVISMO (TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO, PROFISSIONALIZAÇÃO)	SIM	36	TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	SIM
<b>INFRAESTRUTURA</b>	INVESTIR EM ESTRADAS RURAIS	SIM	17	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA LOGÍSTICA	SIM
	INVESTIR EM INFRAESTRUTURA RURAL (CONECTIVIDADE, ENERGIA ELÉTRICA, OUTROS)	SIM	17	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA LOGÍSTICA	SIM

	INVESTIR EM INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO NOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE	SIM	19	UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	SIM
	INVESTIR EM INFRAESTRUTURA URBANA – PAVIMENTAÇÃO: ESTRADA DO NORTE, CONEXÃO COM APUCARANA E SOBREPOSIÇÃO DO RIO TIBAGI	SIM	17	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E DA LOGÍSTICA	SIM
	INVESTIR EM GERAÇÃO DE ENERGIA (FONTES RENOVÁVEIS REGIONAIS)	SIM	23	PARANÁ SUSTENTÁVEL	SIM
<b>SISTEMAS PRODUTIVOS</b>	ESTIMULAR O EMPREENDEDORISMO EM TODAS AS FASES, DESDE A PRÉ-IDEIA ATÉ A ESCALAÇÃO: INOVAÇÃO ABERTA	SIM	9	PARANÁ MAIS INOVAÇÃO	SIM
	FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	PROMOVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (FOMENTO AO ECOTURISMO, CONSCIÊNCIA AMBIENTAL, AÇÕES COM AS CRIANÇAS, SOCIEDADE LOCAL, DOS BAIRROS E A COMUNIDADE DA ZONA RURAL)	SIM	14	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES	SIM
	VIABILIZAR O ACESSO AO CRÉDITO PARA AGRICULTURA FAMILIAR: ABERTURA DE CRÉDITO, MELHORAS NA POLÍTICA DE JUROS DOS CRÉDITOS, PARA QUE AS INDÚSTRIAS POSSAM TER ACESSOS AOS AGRICULTORES FAMILIARES	SIM	22	DESENVOLVIMENTO RURAL, CIDADANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR	SIM
	FOMENTAR STARTUPS (FUNDO PERDIDO)	SIM	9	PARANÁ MAIS INOVAÇÃO	SIM
<b>GOVERNANÇA E GESTÃO</b>	PROMOVER O TRABALHO CONSORCIADO NOS MUNICÍPIOS	SIM	12	PARANÁ: GESTÃO EFETIVA	SIM
	REVISAR A POLÍTICA DE COBRANÇA E O VALOR DO PEDÁGIO NA REGIÃO	SIM	13	GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	SIM
	INVESTIR EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO DE AÇÕES EMPRESAS-ESCOLA	SIM	34	UNIVERSIDADE E SOCIEDADE	SIM